



PMUGEST, E.M.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2016



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2016

PMUGEST - POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
1 – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
1.1- COMUNICAÇÃO E IMAGEM	4
1.2- RECURSOS HUMANOS.....	4
1.2.1- <i>Caracterização do Quadro de Pessoal</i>	5
1.2.2- <i>Absentismo</i>	7
1.2.3- <i>Apoios Financeiros</i>	8
1.2.4- <i>Estágios Curriculares</i>	8
1.3- ATIVIDADE EMPRESARIAL	8
1.3.1- <i>Os Clientes da Empresa</i>	8
1.3.2- <i>Os Fornecedores da Empresa</i>	9
1.4 – AS ATIVIDADES DA EMPRESA	9
1.4.1- <i>Limpeza e Manutenção</i>	10
1.4.2- <i>Café Concerto</i>	15
1.4.3.1- <i>Estacionamento de Duração Limitada</i>	19
1.4.3.2- <i>Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal</i>	25
1.4.4- <i>Eventos – Festas do Bodo 2016</i>	27
1.4.5- <i>Publicidade</i>	29
1.4.6- <i>Cafetaria do Castelo</i>	31
1.5- ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA GLOBAL.....	32
1.5.1- <i>Investimento</i>	32
1.5.2- <i>Balanço</i>	33
1.5.3- <i>Demonstração de resultados</i>	34
1.6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO	37
1.7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	37
1.8- PERSPETIVAS FUTURAS.....	37
NOTA FINAL	39
2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	40
2.1- BALANÇO	41
2.2– DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	42
2.3- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	43
2.4- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	44
2.5- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46

Nota Introdutória

A PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M., é uma empresa local com natureza municipal detida por Entidade Pública, constituída em 8 de janeiro de 2001, pela Câmara Municipal de Pombal. A empresa rege-se pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local.

A PMUGEST – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M., tem a sua sede na Rua do Lourical, n.º 21 r/ch, Edifício Manuel Henriques, 3100-428 Pombal, tem um capital social de 325.000,00€, está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Pombal com o mesmo número de pessoa coletiva n.º 505 214 300, é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita à tutela e superintendência do Município de Pombal, nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e dos Estatutos da empresa.

Neste relatório apresenta-se, com detalhe, a forma como se desenvolveram as atividades que estiveram sob responsabilidade direta da empresa municipal, ao longo do exercício de 2016, evidenciando as informações que caracterizam qualitativamente cada uma das áreas de negócio e que quantificam o contributo de cada uma delas para o resultado global da empresa.

Para cumprimento no estipulado na d) do artigo 42º do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, apresentam-se os documentos de prestação de contas com a estrutura seguinte:

1 – Instrumentos de prestação de contas da empresa, elaborados com referência a 31 de dezembro, sem prejuízo de outros previstos nos seus estatutos ou em outras disposições legais, nomeadamente:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados;
- c) Demonstração de alterações no capital próprio;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Anexo às demonstrações financeiras;
- f) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- g) Relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados;
- h) Certificação legal das contas e Relatório do Fiscal Único.

2 – Relatório do conselho de administração, o qual permite uma compreensão da situação económica e financeira relativa ao exercício de 2016, analisa a evolução, ao nível da gestão, das diversas atividades da empresa, nomeadamente, no que respeita a investimentos, aos custos e às condições de mercado.

3 – Parecer do Revisor Oficial de Contas, contendo a apreciação à gestão, bem como ao relatório do conselho de administração e a apreciação da exatidão das contas e da observância das leis e dos estatutos.

Refira-se que o relatório anual do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do revisor oficial de contas serão publicados no sítio www.pmugest.pt.

O registo da prestação de contas da empresa será efetuado nos termos previstos na legislação.

De acordo com a alínea b) do artigo 13º dos estatutos, compete à Assembleia-geral apreciar e votar o

relatório do Conselho de Administração, as contas do exercício e a proposta de aplicação de resultados, bem como o parecer do fiscal único.

1 – Relatório de Gestão

1.1- Comunicação e Imagem

A empresa dispõe de um sítio na internet, www.pmugest.pt, que permite a divulgação das diversas atividades da empresa e manter um conjunto de informações atualizadas, facilitando o acesso e a consulta a todas entidades fiscalizadoras e aos demais interessados.

Ao longo do exercício de 2016 a PMUGEST, E.M. promoveu um conjunto de iniciativas que visaram essencialmente dinamizar a divulgação das suas atividades e consequentemente melhorar a divulgação dos vários serviços prestados pela empresa municipal.

A fim de cumprir este objetivo, durante o ano tentou-se melhorar a informação do site institucional e foram elaboradas brochuras e flyers para distribuir pelos clientes e potenciais clientes.

Ao nível das atividades do Café Concerto e da Cafetaria do Castelo, manteve-se a divulgação das iniciativas programadas para aqueles espaços, através do site, dos mupi's, outdoors e redes sociais.

1.2- Recursos Humanos

As contratações efetuadas ao longo do ano, justificaram-se, sobretudo, pelas necessidades de substituição direta de trabalhadores, motivadas por ausências prolongadas por motivos de baixas médicas ou acidentes de trabalho.

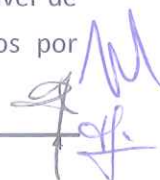
No final do exercício, a empresa tinha no seu quadro 64 funcionários, estando 2 ausentes há mais de 30 dias por motivos de baixa médica prolongada.

Além dos seus trabalhadores a empresa em 31/12/2016 mantinha vínculo contratual com mais 2 colaboradores ao abrigo das medidas do IEF no âmbito da medida CEI+.

Como é reconhecido, são as pessoas que diferenciam as organizações, sendo que, numa empresa - como é o caso da PMUGEST, E.M. – predominantemente prestadora de serviços, é no desempenho dos trabalhadores que se encontra a chave para o alcance dos objetivos e missão da empresa, bem como obtenção dos resultados económicos que viabilizem a sua existência.

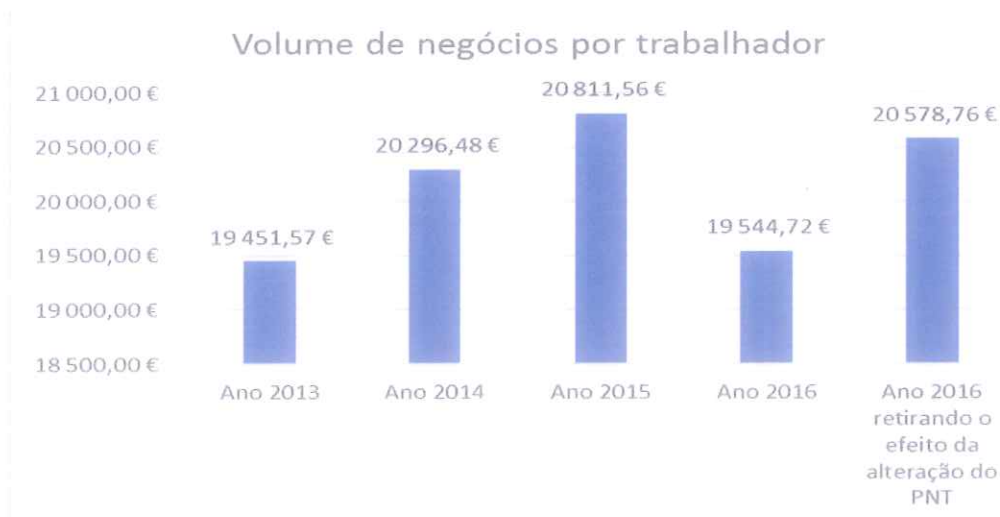
Neste ponto, no que toca à produtividade média por trabalhador, assistimos numa primeira análise a uma significativa redução do volume por trabalhador para 19.545,22€, colocando esse valor próximo aos níveis verificados em 2013.

No entanto, quando descontamos a redução verificada no final de 2016 no horário de trabalho dos colaboradores (PNT) que passou das 40 horas para as 37,5 horas semanais, verificamos que o nível de produtividade se mantém perto dos níveis verificados em 2015, com um volume de negócios por



trabalhador na ordem dos 20.578,76€.

De facto, verificou-se que, fruto das alterações no horário semanal de trabalho, passaram a ser necessário em média mais 4 trabalhadores para execução das mesmas horas de trabalho.



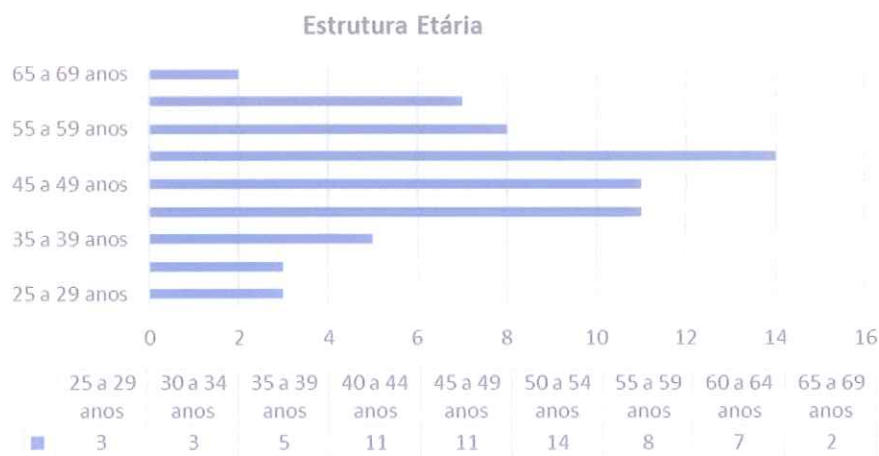
1.2.1- Caracterização do Quadro de Pessoal

No quadro seguinte figura o número de colaboradores que mantinha um vínculo contratual com a empresa, à data de 31 de dezembro de 2016, encontrando-se repartido por categorias.

Categoria Profissional	2012	2013	2014	2015	2016
Administrador Executivo	1	1	1	1	1
Diretor de Serviços	2	2	2	1	1
Contabilista	-	-	-	1	1
Encarregado Geral	-	1	1	1	1
Administrativa	3	3	3	5	3
Assistente Comercial	2	2	2	2	1
Assistente de Vendas	-	-	-	-	1
Agente de Fiscalização	2	2	2	2	2
Designer Gráfica	-	-	-	1	1
Barmaid	3	2	1	1	1
Sapador Florestal	5	5	5	3	0
Motorista	6	6	6	3	3
Manobrador de Máquinas e Viaturas	7	8	9	9	11
Encarregada (o) de Limpeza	2	2	1	1	1
Técnica (o) de Limpeza	8	8	7	13	16
Cantoneiro	4	5	3	3	4
Auxiliar dos Serviços Gerais	22	17	17	15	15
Técnico Agro Florestal	-	-	-	-	1
Total de Funcionários	68	64	60	62	64



Nos gráficos seguintes, podemos observar algumas características do quadro de pessoal da PMUGEST, E.M., nomeadamente o seu vínculo laboral, a estrutura etária dos trabalhadores, a distribuição por sexo e o nível das suas habilitações literárias.



1.2.2- Absentismo

No exercício de 2016, foram cumpridas cerca de 106.520 horas de trabalho pelo pessoal da empresa, das quais 2.083 horas correspondem a trabalho extraordinário.

Ao longo do ano, foram muitas as dificuldades verificadas na gestão do pessoal, decorrentes de uma taxa de absentismo bastante elevada, para a qual contribuíram as ausências muito prolongadas ao serviço. Das horas não trabalhadas foram registadas 8.593 horas motivadas por vários tipos de faltas.

A taxa de absentismo global em 2016 foi de 8,07%, verificando-se uma perda de produtividade, essencialmente, no setor da limpeza e manutenção, setor onde se verificaram ausências prolongadas de vários trabalhadores.

Ao analisar o próximo quadro pode-se verificar que as doenças não profissionais, os acidentes de trabalho e a maternidade foram os motivos que estiveram na origem de uma taxa de absentismo tão elevada. Ao longo do ano houve, em média, 3 ausências mensais motivadas por doenças prolongadas e maternidade.

Tipos de faltas	N.º de Horas				
	2016	2015	2014	2013	2012
Doença não Profissional	6769,75	5870,04	7758,5	8201,5	4193
Assistência a filho ou agregado familiar	114,4	110,96	165,25	133	380
Acidente de trabalho	982,5	1199,5	2676,5	1337,5	442,5
Maternidade	517,5	3254,75	12,75	0	1275
Trabalhador Estudante	0	216,5	297,5	351	274,5
Falecimento	138,25	158,25	153,5	84,5	202,5
Injustificadas	70,75	96	254,5	65	119
Outras Justificadas	0	76	58,5	230	117
Total	8593,15	10982	11377	10402,5	7003,5

Em 2016 não ocorreu nenhum acidente de trabalho grave, no entanto, 86,25% das faltas referem-se apenas a 1 acidente grave envolvendo um trabalho que transitou do exercício anterior, ocorrido em 15-07-2015, continuando de baixa até ao término do seu contrato em 31-10-2016.

Os restantes acidentes de trabalho não tiveram ausências significativas.

A elevada média etária dos trabalhadores ao serviço empresa é um dos fatores que afeta, negativamente, o absentismo registado.



Não obstante, apraz registar que 6% do absentismo verificado em 2016 é explicado por ausências ao serviço por motivos de maternidade e 1,33% por motivos associados de assistência a filhos.

1.2.3- Apoios Financeiros

A PMUGEST, E.M. em 2016 recebeu subsídios do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no valor de 10.159,93€, e reconheceu contabilisticamente 17.744,92€ no âmbito das medidas aprovadas em vigor durante o ano:

- Processo 022/CEI+/16 no âmbito da medida Contrato Emprego Inserção+, através do qual foram admitidos 3 postos de trabalho apoiados (3 Trabalhadores não qualificados de floresta)
- Processo 1123/EE/15 no âmbito da medida estágio Emprego, no qual foi admitido um Engenheiro Florestal.

1.2.4- Estágios Curriculares

Sempre que possível, e na medida do que vem sendo solicitado, a PMUGEST, E.M. tem sido receptiva à inclusão de estágios curriculares. Desta forma pretende-se colaborar com as instituições de ensino e contribuir para que os alunos apliquem, em contexto real de trabalho, os conhecimentos adquiridos nas várias disciplinas dos respetivos cursos, tomando consciência das diferentes dinâmicas inerentes ao contexto laboral.

Em 2016, a empresa recebeu 2 alunos para realização de estágios curriculares das seguintes áreas:

- 2 alunos do Curso Vocacional de Técnico de Proteção Civil, da Escola Secundária de Pombal;

1.3- Atividade Empresarial

A atividade empresarial desenvolvida pela PMUGEST, E.M. enquadrou-se no âmbito do seu objeto social, caracterizando-se pela prestação de serviços abrangidos pelas diversas áreas de atividade que lhe estão delegadas.

1.3.1- Os Clientes da Empresa

A PMUGEST, E.M. enquanto empresa prestadora de serviços, procurou manter a sua posição perante os seus clientes, apostando na fidelização dos já existentes e dando resposta às novas necessidades.

No quadro seguinte apresenta-se o ranking dos 10 maiores clientes da empresa, relativamente a todas as atividades exercidas:

N.º Ordem	Cliente	Atividade	Valor	Percentagem
1	Município de Pombal	Manutenção	649 348,00 €	51,91%
2	Distripombal Supermercados, S.A.	Publicidade	24 571,75 €	1,96%
3	Pombal Prof - Soc. Educação e Ensino Profissional	Manutenção	23 264,77 €	1,86%
4	EGEO Solventes S.A	Manutenção	11 817,63 €	0,94%
5	Brico Pombal -Soc de Distribuição de Bricolage,Lda	Publicidade	8 753,75 €	0,70%
6	Centro Social de Carnide	Manutenção	7 964,96 €	0,64%
7	Freguesia de Abiúl	Manutenção	6 970,53 €	0,56%
8	All House Coimbra Almc, Lda	Publicidade	6 534,00 €	0,52%
9	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Pombal CRL	Publicidade	5 969,15 €	0,48%
10	Modelo Continente Hipermercados, SA	Publicidade	5 273,40 €	0,42%
Volume de Negócios 2016			1 250 861,96 €	

No exercício de 2016, verificou-se um decréscimo de 3,15% no volume de negócios da PMUGEST, E.M..

O Município de Pombal continua a ser o principal cliente da empresa, representando 51,91% do volume de negócios. Em termos absolutos face a 2015 ocorreu uma diminuição no valor de 62.560,38€ ao nível da faturação para o Município de Pombal.

O ranking dos 10 maiores clientes, que figura no quadro anterior representa 60,00% do total do volume de negócios da empresa. Cerca de 12,54% do volume de negócios da empresa, que corresponde ao valor de 156.863,60€ refere-se a valores faturados aos clientes finais no âmbito das atividades do Estacionamento, do Café Concerto e da Cafeteria do Castelo, nos quais não são identificados os clientes no PHC (software de faturação).

1.3.2- Os Fornecedores da Empresa

A PMUGEST, E.M. manteve ao longo do ano, contatos comerciais com os seus fornecedores de bens e serviços, no âmbito do fornecimento das matérias-primas incorporadas nos serviços prestados, dos combustíveis, ferramentas, serviços de manutenção e reparação, seguros, etc.

A PMUGEST procurou relacionar-se com os fornecedores que nos oferecem as melhores condições de qualidade/preço, dando especial importância aos tempos de resposta, à qualidade dos produtos ou dos serviços prestados e aos preços mais competitivos.

As aquisições da empresa registadas no exercício de 2016 foram efetuadas a mais de 190 fornecedores.

1.4 – As Atividades da Empresa

A PMUGEST, E.M, é uma empresa municipal, detida 100% pelo Município de Pombal, desenvolvendo um conjunto de serviços no âmbito do protocolo de cedência de competências delegadas pelo Município e outras no âmbito do seu objeto.

No presente exercício, a PMUGEST, E.M. desenvolveu as seguintes atividades:

1. Prestação de Serviços de Limpeza e Manutenção de Espaços Públicos e Privados e outros serviços;
2. Gestão, Exploração e Manutenção das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da cidade de Pombal e Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal;
3. Gestão, Exploração e Manutenção da publicidade do Concelho de Pombal;
4. Gestão, Exploração e Manutenção do Café Concerto, no Teatro Cine;
5. Gestão e Exploração da Cafeteria do Castelo;
6. Colaboração com a Câmara Municipal de Pombal na organização das Festas da Cidade;
7. Gestão e Exploração da atividade Publicitária na Freguesia de Vermoil segundo o protocolo;
8. Gestão e Exploração da atividade Publicitária na União de Freguesias da Ilha, Ilha e Mata Mourisca;
9. Gestão e Exploração da atividade Publicitária na Freguesia do Lourçal.

A contabilidade está organizada por centro de custos que correspondem a cada uma das áreas de atividade da empresa. Cada atividade reúne os rendimentos e gastos que lhe são imputados diretamente, acrescidos

dos rendimentos e gastos comuns a todas elas, os quais são imputados através de uma chave de repartição.

A chave de repartição aplicada é calculada anualmente com base no volume de faturação de cada uma das áreas de negócio, no exercício anterior. Assim, a chave utilizada no exercício de 2016 foi a seguinte:

Atividades	Faturação	% Imputação 2016
Café Concerto	55.103,63 €	4,3%
Cafeteria do Castelo	18.580,36 €	1,5%
Estacionamento	177.584,51 €	14%
Bodo	26.134,01 €	-
Manutenção Urbana	896.937,74 €	71%
Publicidade	115.976,26 €	9,2%
Total 2015	1.290.316,51€	100%

No exercício de 2016, os rendimentos gerais, no valor de 3.386,75€ e os gastos gerais da empresa que totalizam 178.351,61€ foram repartidos pelas atividades com base nas percentagens indicadas no quadro anterior. Nos rendimentos gerais estão contabilizados os subsídios recebidos do IEPF no âmbito das medidas estágio emprego, os juros e outros rendimentos, nos gastos gerais incluem-se, custos com pessoal, fornecimentos de serviços externos, depreciações e outros gastos.

Ao centro de custo Feiras e Eventos, não foi imputado qualquer valor referente a rendimentos e gastos gerais, pelo facto de ser um centro de custo que tem vindo a ser utilizado para evidenciar contabilisticamente a participação da empresa na organização das Festas do Bodo. Não é feita a imputação uma vez que o consumo de recursos desta atividade se refere essencialmente a gastos com o pessoal que ocorre num período específico e não ao longo do exercício, sendo assumido como o contributo da empresa municipal para a organização das festas da cidade.

1.4.1- Limpeza e Manutenção

A área da Limpeza e Manutenção é aquela onde a empresa tem maior experiência, uma vez que é onde tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços desde o início da sua atividade.

Os principais serviços prestados pela empresa nesta área de atividade são:

LIMPEZA DE ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES



- Habitações, condomínios, lojas e escritórios
- Pavilhões industriais e armazéns
- Paredes, janelas e telhados
- Terrenos urbanos (lotes e logradouros)
- Bermas, valas e ribeiros
- Arruamentos e urbanizações

SANEAMENTO E RESÍDUOS



- Limpeza e desobstrução de colectores
- Desentupimentos domésticos
- Vazamento de fossas sépticas
- Recolha e transporte de resíduos não perigosos
- Movimentação e transporte de resíduos verdes
- Recolha e transporte de monstros

TRANSPORTE E ALUGUER DE EQUIPAMENTOS



- Transportes a granel em contentor ou em veículo basculante
- Transporte líquidos não perigosos em cisterna
- Serviço de mudanças
- Aluguer de máquinas com operador:
 - roçadora, motosserra, corta relva, lavadora e aspiradora
 - viaturas pesadas com/ sem grua
 - viatura com plataforma aérea até 22m
 - viatura desobstrutora de colectores
 - viatura com vácuo e alta pressão
 - tratores com/ sem alças agrícolas e florestais
 - varredora mecânica
 - retroscavadora, escavadora giratória com rastros e dumper
- Aluguer de contentores metálicos

ARBORIZAÇÕES E MANUTENÇÃO DE FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES



A empresa manteve o seu relacionamento com o Município de Pombal, dando resposta aos compromissos assumidos no âmbito dos contratos em vigor, Contrato Programa, Contrato In House para Limpeza de Edifícios e Infraestruturas Municipais e Contrato In House para Prestação de Serviços Diversos, num contexto de grande disponibilidade e rigor, quer na execução quer no tratamento da informação dos serviços prestados, para que possam ser validados por cada um dos responsáveis.

A empresa, na prestação de serviços que lhe foram solicitados, continuou a dar prioridade à prestação dos serviços de interesse público, uma vez que afetam toda a população, cumprindo assim as deliberações do Município que a superintende, e que tem vindo a atribuir responsabilidades por delegação de competências.

Na área da Limpeza e Manutenção, em 2016, verificou-se um decréscimo na faturação de serviços na ordem dos 4,71%, decréscimo este que corresponde ao valor de 42.242,54€.

O decréscimo verificado na faturação de serviços deste setor é explicado pela extinção, em novembro de 2015, da equipa de Sapadores Florestais, serviço este que o Município de Pombal passou a assegurar através da constituição de uma equipa interna.

A cessação de tais serviços, prestados pela PMUGEST, foi responsável por uma quebra de 63.721,77€, quando comparando o exercício de 2016 com o de 2015.

Descontado o efeito de tal cessação da prestação de serviços, verificamos que, nas restantes áreas de intervenção do setor de limpeza e manutenção, houve um incremento de faturação no montante de 21.479,23€

A PMUGEST, E.M., nesta área de negócio, obteve um volume de faturação no montante de 854.695,20€, repartido pelos vários segmentos de mercado que passamos a discriminar:

Área/Segmento de mercado	2015	2016	Variação
Contrato Programa	24 249,72 €	24 249,72 €	0,00%
Limpezas florestais	119 819,32 €	73 035,31 €	-39,05%
Limpeza de terrenos e espaços	60 936,94 €	64 720,84 €	6,21%
Manutenção e limpeza de edifícios	295 660,32 €	292 866,81 €	-0,94%
Vazamento/desobstrução de fossas sépticas	109 246,76 €	97 216,89 €	-11,01%
Outros serviços	103 404,12 €	111 373,12 €	7,71%
Manutenção de ruas e jardins	73 864,31 €	71 474,84 €	-3,23%
Lavagem de Contentores	54 140,14 €	53 583,50 €	-1,03%
Recolha/Eliminação de resíduos	55 616,11 €	66 174,17 €	18,98%
Total	896 937,74 €	854 695,20 €	-4,71%

Relativamente aos segmentos de mercado desta atividade, passamos a especificar:

Contrato Programa: o contrato programa celebrado entre a PMUGEST, E.M. e o Município de Pombal em julho de 2014, foi celebrado nos termos do n.º 4 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de agosto para colmatar o défice associado à prestação dos serviços de vazamento e aspiração de fossas sépticas às pessoas singulares e coletivas, ainda não abrangidas pela rede pública de saneamento.

O valor desta rubrica mante-se constante face a igual período homologado.

Limpezas florestais, no montante de 73.035,31€.

Manutenção e limpeza de edifícios no montante de 292 866,81 €, inclui os serviços de limpeza prestados, nomeadamente, ao Município de Pombal, nos diversos edifícios municipais, bem como a outros clientes sempre que solicitado, embora com um peso residual.

Vazamento/desobstrução de fossas sépticas, no montante de 97 216,89 €, o valor inclui todos os serviços prestados com o veículo combinado de limpeza com vácuo e água a alta pressão a clientes particulares, bem como os serviços prestados ao Município de Pombal, no âmbito do contrato In House Prestação de Serviços.

Recolha/Eliminação de resíduos, o valor deste segmento cifrou-se em 66 174,17 €, este serviço engloba essencialmente o serviço de recolha, transporte e entrega de diversos tipos de resíduos.

Limpeza de terrenos e espaços, no montante de 64 720,84 €, inclui os diversos serviços prestados ao Município de Pombal, nomeadamente o serviço de limpeza do Rio Arunca, bem como os serviços prestados a diversos clientes particulares.

Manutenção de Ruas e Jardins, no montante de 71 474,84 €.

Lavagem de Contentores, no montante de 53 583,50 €, refere-se ao serviço de lavagem e desinfecção de contentores de RSU's.

Outros Serviços, no montante de 111 373,12 €, inclui a prestação de serviços diversos, essencialmente ao Município de Pombal no âmbito dos contratos In House em vigor, referindo-se essencialmente a serviços de máquinas e mão-de-obra sem uma previsão específica e não abrangidos pelos domínios anteriores.

A Entidade no exercício de 2016 continuou a investir e a divulgar o serviço de elaboração de Projetos Florestais obtendo resultados positivos neste segmento face a 2015.

No quadro seguinte apresentamos o número de projetos realizados no período em análise, conjuntamente com as espécies aplicadas.

Total de projetos realizados	70
Área intervencionada	28 hectares
N.º projetos por espécie	
Eucalipto	50
Pinheiro Bravo	13
Pinheiro manso	4
Plátano	1
Choupo	1
Carvalho Americano	1

Análise Económica:

No quadro seguinte apresentamos os gastos e os rendimentos da empresa na área da Limpeza e Manutenção que incorporam 71% dos custos fixos da estrutura, os gastos gerais da empresa, fator que tem uma implicação direta na estrutura de custos da atividade. Os gastos imputados a esta atividade totalizam 126.629,64€ de acordo com o valor referido no ponto 1.4, os ganhos gerais também foram repartidos, sendo incorporados 2.404,59€ à limpeza e manutenção.

Limpeza e Manutenção	2015	2016	Diferença
61 - Custo das Mercadorias Vendidas	- 3 633,12 €	- 2 693,42 €	939,70 €
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	- 195 159,07 €	- 197 758,55 €	2 599,48 €
63 - Gastos com o Pessoal	- 688 152,21 €	- 668 690,76 €	19 461,45 €
64 - Gastos/reversões de Amortização	- 18 957,14 €	- 25 732,96 €	6 775,82 €
65 - Perdas por Imparidade	- 3 975,12 €	- 11 061,94 €	7 086,82 €
68 - Outros Gastos e Perdas	- 2 677,11 €	- 3 560,75 €	883,64 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- 967,35 €	- 1 176,39 €	209,04 €
71 - Vendas	200,00 €	345,38 €	145,38 €
72 - Prestações de Serviços	896 737,74 €	854 349,82 €	42 387,92 €
75 - Subsídios à Exploração	15 303,07 €	17 379,57 €	2 076,50 €
76 - Reversões	352,35 €	6 004,96 €	5 652,61 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	326,57 €	101,90 €	224,67 €
79 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	3 936,53 €	1 467,57 €	2 468,96 €
Resultado	3 335,14 €	- 31 025,58 €	- 34 360,72 €

Não obstante, será de referir que o desempenho desta atividade, foi bastante penalizado pelas seguintes situações:

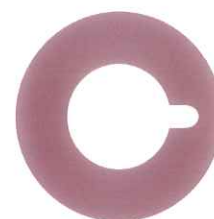
- Pela necessidade de permitir o gozo de folgas no decurso de 2016 atribuídas aos trabalhadores

relacionadas à alteração do horário de trabalho da empresa, alteração essa ocorrida em setembro de 2013 e que não estava legalmente suportada;

- Pelo incremento dos salários base, por via do aumento do salário mínimo nacional;
- Pela eliminação gradual, em 2016, da redução remuneratória que vigorava desde 2012;
- Pela alteração do horário semanal de trabalho, de 40 horas para as 37,5 horas, ocorrida em finais de 2015
- Pela aplicação do regime de capitação previsto no artigo n.º 110 da Lei n.º 7-A/2016.

1.4.2- Café Concerto

O Café Concerto desde a sua génese que tem vindo a assumir-se como um espaço de referência local, sendo um importante cartão de visita da cidade de Pombal, pela sua imagem, pelo programa de atividades e pelo serviço prestado, de forma diferenciada.

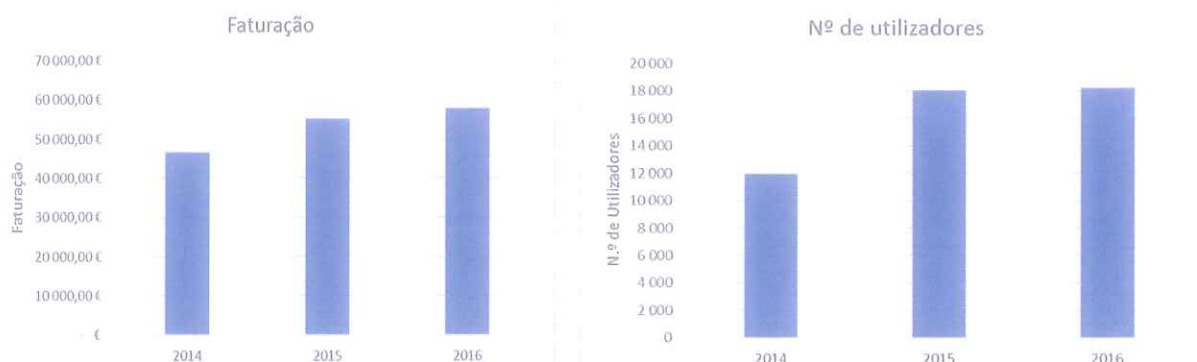


CAFÉ CONCERTO

Estrategicamente, esta é uma atividade que tem vindo a justificar-se pelo conceito cultural que lhe está subjacente, promovendo e divulgando diversos tipos de manifestações artísticas do nosso concelho e apoiando as atividades que se realizam no Teatro Cine.

O exercício de 2015 e o exercício transato foi marcado por uma alteração profunda na forma de funcionamento do Café Concerto. Face a uma redução do número de utilizadores do espaço, que ocorreu entre 2011 e 2013 e que levou a uma quebra de receitas de quase 50% naquele período, não obstante alguma recuperação registada em 2014 tanto no número de frequentadores como na faturação, decidiu a administração apostar numa programação regular de espetáculos e numa forma de acesso dos clientes mais inclusiva e baseada num “consumo mínimo obrigatório” de 3,5€, em detrimento da cobrança casuística de bilhetes de entrada ou oscilações nos valores do “consumo mínimo obrigatório”.

A adoção de tais medidas permitiu, de facto, um incremento do número de utilizadores e da faturação do Café Concerto.



Para além das características já identificadas o Café Concerto encontra-se inserido no Edifício Teatro Cine, um edifício municipal que permite proporcionar a todos os visitantes/clientes serviço de Internet gratuito de base *wireless*, tendo maior utilização, durante a tarde, pelos mais jovens. Por outro lado, é um espaço escolhido por excelência para servir *coffee break's*, para iniciativas municipais, associativas e privadas.

Atividades Culturais

No quadro seguinte estão referenciadas as 59 atividades realizadas no Café Concerto ao longo do ano de 2016. Em 2016 ocorreu uma ligeira descida ao nível global de atividades realizadas no Café Concerto passando de 67 realizadas em 2015 para 59 no exercício corrente.

Mas como o Café Concerto se assume como um espaço multicultural, aberto a todos e a todas as iniciativas tentou-se também promover outro tipo de eventos, nomeadamente, tertúlias, dança, literatura, teatro, entre outros.

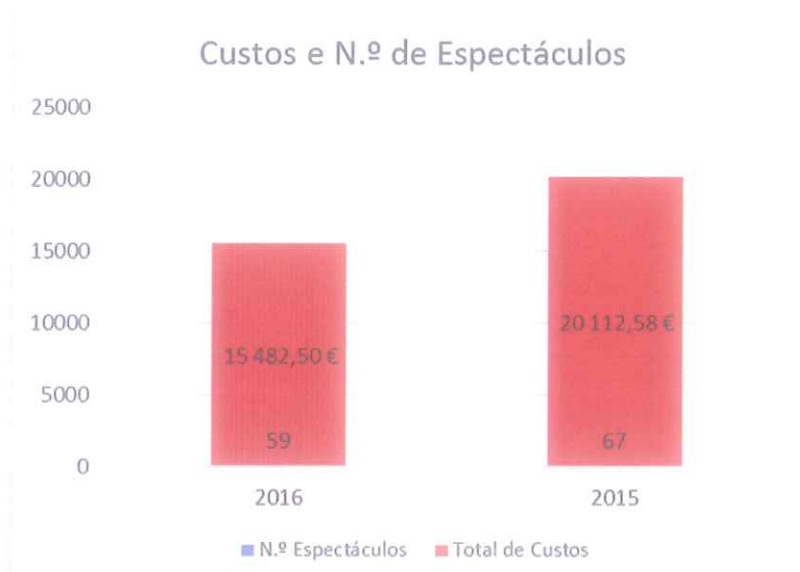
Das iniciativas realizadas no Café Concerto durante o ano de 2016, 34 foram realizados no 1º semestre e 25 no 2º semestre do ano.

Mês	Data	Espectáculos
Janeiro	02/jan	Jazz
	08/jan	Dr. Why
	09/jan	Acoustic Cover
	30/jan	Stand Up Comedy
Fevereiro	06/fev	Concurso Bandas
	12/fev	Dr. Why
	13/jan	Concurso Bandas
	14/fev	Evandro Barros
	20/fev	Concurso Bandas
	25/fev	Dr. Why
	26/fev	Afrolatina
Março	05/mar	Luís Batista
	11/mar	Dr. Why
	12/mar	Funcky Dunky
	19/mar	Os Red
	25/mar	Dr. Why
	26/mar	Noite Afrolatina
Abril	02/abr	Judepina
	08/abr	Dr. Why
	09/abr	Sangue Lusitano
	16/abr	Dama de Paus
	22/abr	Dr. Why
	23/abr	Stand up
	30/abr	Noite Afrolatina
Maio	06/mai	Dr. Why
	07/mai	The rambler
	14/mai	Festa Rádio Clube
	20/mai	Dr. Why
	21/mai	Quinta feira 12
	28/mai	Noite Afrolatina
Junho	04/jun	Rita Branco
	10/jun	Dr. Why e Pole Dance
	24/jun	Dr. Why
	25/jun	Noite Afrolatina
1º Semestre	34 Espectáculos	

Mês	Data	Espectáculos
Julho	09/jul	Dr. Why
	23/jul	Dr. Why
Agosto		
Setembro	10/set	Clip Chic
	17/set	Dr. Why
	18/set	Projeto Jazz
	24/set	Noite Afrolatina
	30/set	Dr. Why
Outubro	1/out	Iolanda e Vando
	7/out	Dr. Why
	8/out	Afonso Bag
	14/out	Overflow
	15/out	Marcos Carvalho
	22/out	Tera
Novembro	31/out	Halloween
	4/nov	Dr. Why
	05/nov	Cassete Pirata
	12/nov	ON STAGE
	18/nov	Dr. Why
	19/nov	Marco e Luis Batista
Dezembro	26/nov	Noite Afrolatina
	02/dez	Dr. Why
	03/dez	Luis Sequeira
	10/dez	Evandro + Vania
	16/dez	Dr. Why
	17/dez	Festa de Natal - Musicool
	30/dez	Dr. Why
2º Semestre	25 Espectáculos	

O próximo quadro apresenta de forma sintetizada os custos com as atividades culturais/do Café Concerto, colocando os valores de 2015 como referência comparativa, fazendo em seguida a sua representação gráfica.

Rubricas	2015	2016	Variação
Espectáculo	10 542,00 €	10 250,00 €	-2,77%
Técnico de som	3 715,00 €	2 375,00 €	-36,07%
Refeições	2 003,50 €	1 333,00 €	-33,47%
Publicidade	1 066,03 €	506,50 €	-52,49%
Taxas	2 786,05 €	1 018,00 €	-63,46%
Total	20 112,58 €	15 482,50 €	-23,02%



Durante o exercício de 2016, o valor dos gastos diretos com a atividade cultural cifrou-se no valor de 15 482,50€, verificando-se um decréscimo 23,02% face ao total dos gastos registados no ano anterior.

Análise Económica:

A variação positiva ocorrida ao nível da prestação de serviços não foi suficiente para combater o efeito negativo ao nível incorrido em fornecimentos e serviços externos e no custo das mercadorias vendidas.

Ao analisar com maior detalhe o quadro abaixo é visível que ocorreu um incremento na rubrica de custos das mercadorias vendidas, esta oscilação está diretamente associada ao nível de prestação de serviços, existindo uma correlação direta. O incremento da rubrica Prestação de Serviços originou um acréscimo em Custos das Mercadorias Vendidas, sendo que o mesmo não foi em iguais proporções, podendo-se concluir que durante o exercício em análise, existiu uma pequena descida na margem de comercialização.

Durante o período em análise o Conselho de Administração implementou medidas de alguma contingência ao nível de gastos com os espetáculos, situação que se revelou eficaz conforme quadro anterior, contudo além dos gastos diretamente associados aos eventos, existe outros itens, que podem sofrer oscilações. Nomeadamente face a 2015 ocorreu um incremento na rubrica de conservação e reparação e na rubrica de limpeza, higiene e conforto.

Após a incorporação de 4,3% dos gastos e dos ganhos gerais da empresa, os gastos e os rendimentos do Café Concerto totalizam os montantes evidenciados no quadro seguinte.

Café Concerto	2015	2016	Diferença
61 - Custo das Mercadorias Vendidas	- 20 244,35 €	- 25 850,15 €	- 5 605,80 €
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	- 44 379,30 €	- 48 807,34 €	- 4 428,04 €
63 - Gastos com o Pessoal	- 20 636,52 €	- 18 940,10 €	1 696,42 €
64 - Gastos/reversões de Amortização	- 5 195,93 €	- 5 309,86 €	- 113,93 €
65 - Perdas por Imparidade	- €	- €	- €
68 - Outros Gastos e Perdas	- 4 273,92 €	- 3 793,43 €	480,49 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- 252,01 €	- 245,51 €	6,50 €
71 - Vendas	65,80 €	- €	- 65,80 €
72 - Prestações de Serviços	55 037,83 €	57 703,47 €	2 665,64 €
75 - Subsídios à Exploração	365,26 €	54,82 €	- 310,44 €
76 - Reversões	3,40 €	- €	- 3,40 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	18,65 €	2 414,75 €	2 396,10 €
79 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	261,10 €	131,24 €	- 129,86 €
Resultado	- 39 229,99 €	- 42 642,10 €	- 3 412,11 €

1.4.3.1- Estacionamento de Duração Limitada

O Estacionamento de Duração Limitada (EDL) é uma área de atividade particularmente sensível, devido à sua ação fiscalizadora e contraordenacional que lhe está inerente.

Desde o início desta atividade, a aposta passa pela pedagogia e sensibilização dos utilizadores das zonas de estacionamento de duração limitada, bem como numa fiscalização criteriosa e na organização e manutenção das zonas de estacionamento.

Desde a sua conceção, o EDL e sua respetiva fiscalização possibilitou maior mobilidade e facilidade de estacionamento no seio da cidade. A postura da empresa nesta matéria tem-se pautado por uma atitude flexível, mas criteriosa nos seus procedimentos, cumprindo o disposto no Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada da cidade de Pombal e demais legislação.

Em Pombal, existem 3 zonas de tarifário, distintas dentro da cidade conforme o Anexo I do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, identificadas na próxima imagem.



ZONA A	
Fracção horária	valor
15 minutos	EUR 0,15
30 minutos	EUR 0,30
45 minutos	EUR 0,45
60 minutos	EUR 0,60
75 minutos	EUR 0,90
90 minutos	EUR 1,50
105 minutos	EUR 1,70
120 minutos	EUR 2,00

- Largo do Cardal
- Avenida Heróis do Ultramar
- Rua Dr. Custódio Freire

ZONA B	
Fracção horária	valor
15 minutos	EUR 0,15
30 minutos	EUR 0,30
45 minutos	EUR 0,40
60 minutos	EUR 0,50
75 minutos	EUR 0,75
90 minutos	EUR 0,90
105 minutos	EUR 1,20
120 minutos	EUR 1,50

- Avenida Heróis do Ultramar
- Rua Professor Gonçalves Figueira
- Rua Dr. Luís Torres
- Rua Amílcar de Sousa
- Rua 1º de Maio

ZONA C	
Fracção horária	valor
15 minutos	EUR 0,10
30 minutos	EUR 0,20
45 minutos	EUR 0,30
60 minutos	EUR 0,40
75 minutos	EUR 0,50
90 minutos	EUR 0,60
105 minutos	EUR 0,75
120 minutos	EUR 1,00

- Avenida de Biscarrosse
- Rua Prof. Carlos A. da Mota Pinto
- Largo das Laranjeiras
- Rua Santa Luzia

O quadro abaixo apresenta as zonas de estacionamento de duração limitada e o respetivo número de lugares, evidenciando o número de lugares isentos de pagamento disponível em cada uma das zonas.

O quadro exposto evidência a perda de um total de 30 lugares de estacionamento, nomeadamente: 9 lugares de estacionamento de duração limitada em Av. Heróis do Ultramar (Tribunal), devido à praça de táxis, 12 lugares na Av. Heróis do Ultramar (Ulmar- Esquina), utilizados pelo Pombus, para além disso, perderam-se 2 lugares na Av. Biscarrosse, e 6 lugares na Rua Santa Luzia e por último, 1 lugar na zona Custódio Freire.

Zonas	Rua	Lugares a pagar	Isentos	Total
A	1º de Maio	23	1	24
	Amílcar de Sousa	42	1	43
	Dr. Luis Torres	18	1	19
B	Largo do Cardal	13	2	15
	Custódio Freire	15	0	15
C	Heróis do Ultramar (Tribunal)	9	1	10
	Heróis do Ultramar (Ulmar-Esquina)	55	4	59
	Heróis do Ultramar (Hospital)	29	2	31
D	1º de Maio	30	2	32
	Praça José A. O. Bimba			
E	Av. Biscarrosse	57	5	62
	Largo das Laranjeiras	18	1	19
F	Prof. Carlos Alberto Mota Pinto	21	1	22
G	Prof. Gonçalves Figueira	30	1	31
H	Rua Santa Luzia	38	2	40
Total		398	24	422

Cartão de Residente

De acordo com o Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, os residentes podem adquirir 1 ou 2 cartões de residente, na sua área de habitação, de acordo com as zonas

estabelecidas, pelo valor de 15,00€ ou 30,00€ respetivamente.

Os titulares do cartão de residente podem estacionar a qualquer hora, no seio da sua zona de residência sem pagamento de taxa, basta ter visível no vidro da sua viatura o selo de residente atualizado.

Em 2016, a PMUGEST emitiu um total de 124 cartões de residente, dos quais 21 são 2ºs cartões para a mesma residência.

A receita total obtida com os cartões de residente foi de 2.175,00€, o que se traduz num valor líquido de 1.768,29€

No quadro seguinte esquematiza-se esta informação com os valores comparativos entre 2015 e 2016.

	2015	2016	%
Cartões de Residente	107	103	-3,88%
Novos Cartões	17	21	19,05%
Valor da Receita	2.115,00€	2.175,00€	2,76%

Avenças

O Regulamento Municipal prevê também o sistema de avenças mensais sem reserva de lugar pelo valor de 25,00€/mês para todas as zonas de estacionamento de duração limitada

No quadro e gráficos seguintes evidenciam-se os valores comparativos entre 2015 e 2016 relativamente a este serviço, onde é possível verificar um decréscimo desta vertente de pagamento na ordem dos 5,78%.

Avenças	Total	Valor
2016	536	13.400,00 €
2015	567	14.175,00 €



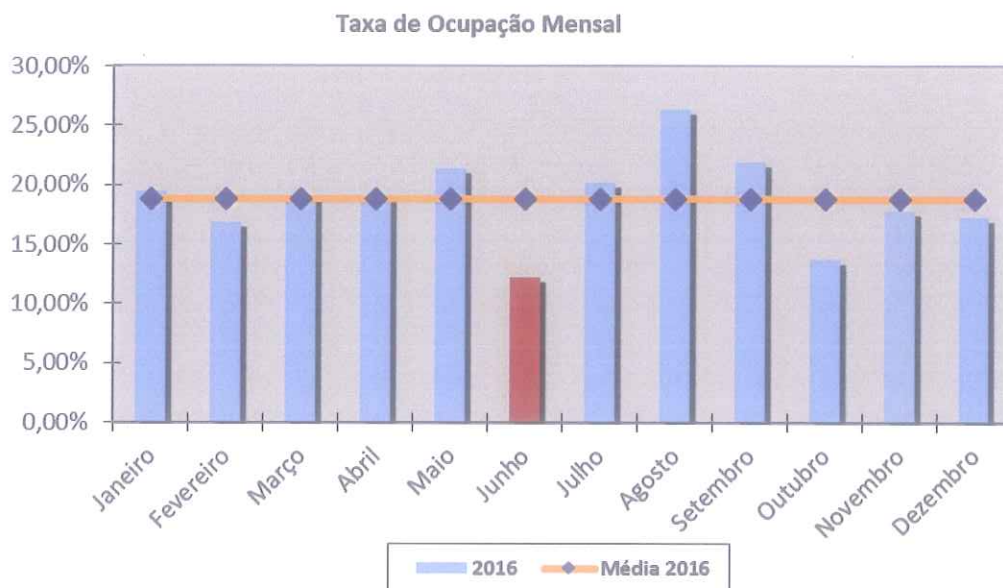
Taxa de Ocupação:

O cálculo deste indicador permite ter uma ideia da ocupação, mas não é um retrato fiel da realidade, uma vez que se baseia na utilização do lugar, apenas no que concerne à informação fornecida pelo parquímetro

através dos tickets de recolha, ou seja, neste cálculo estão excluídos os condutores em infração, que ocupam lugar sem pagamento da taxa, bem como os detentores de avenças ou cartão de residente que ocupam lugar de estacionamento e não necessitam de recorrer ao parquímetro.

Em 2016, a taxa de ocupação média anual cifrou-se em 18,79%.

No gráfico seguinte evidencia-se a taxa de ocupação distribuída mensalmente, tendo o mês de agosto mantido a maior taxa de ocupação com 26,40%, sendo junho o mês que apresentou a menor taxa de ocupação, que se situou em 12,25%.



Receita por zona:

Ao identificar as receitas pelas zonas da cidade, a Av. Heróis do Ultramar, entre o Tribunal e o Café Esquina, continua a ser a zona que apresenta o maior volume de receita, uma vez que se encontra numa zona central da cidade e dispõe de um maior número de lugares sujeitos a pagamento. A receita líquida global desta zona de estacionamento foi de 33.313,13€, enquanto a zona H da Rua Santa Luzia foi aquela que apresentou menor volume de receita, cifrando-se em 4.792,97€.

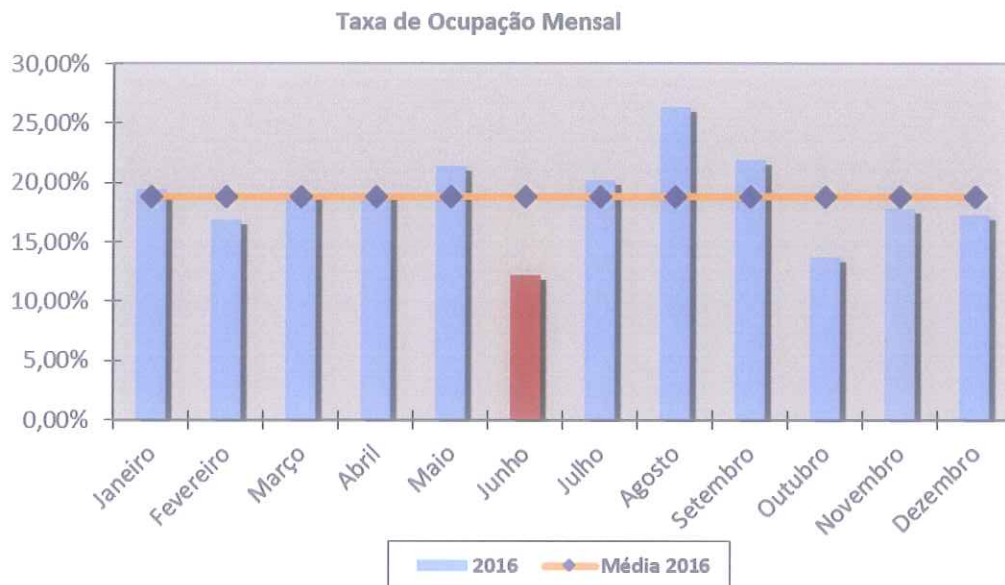


Receita mensal (líquida):

O total da receita líquida dos parquímetros da cidade ascendeu ao montante de 129.896,18 € tendo sofrido um decréscimo de 0,46% face ao ano de 2015.

O mês de agosto continuou a ser o mês do ano no qual se obteve o maior volume de receita, justificado pelo aumento de fluxo populacional na cidade de Pombal neste mês, receita que se cifrou em 15.918,17€.

O mês de junho foi o mês com menor volume de receita, totalizando 8.130,61.



No quadro seguinte pode-se verificar, as mesmas rubricas de análise distribuídas por uma decomposição mensal, comparativamente ao ano anterior.

Mês	Rúbrica	2015	2016
Janeiro	Receita	12 813,95 €	13 082,95 €
	Taxa de Ocupação	19,71%	19,45%
	Utilizadores	24 120	25 035
Fevereiro	Receita	12 416,65 €	11 819,35 €
	Taxa de Ocupação	19,95%	16,92%
	Utilizadores	24 108	22 635
Março	Receita	12 025,05 €	13 202,25 €
	Taxa de Ocupação	19,43%	19,07%
	Utilizadores	22 989	25 138
Abril	Receita	14 588,65 €	11 899,05 €
	Taxa de Ocupação	21,46%	18,98%
	Utilizadores	28 165	22 888
Maio	Receita	12 596,55 €	14 484,55 €
	Taxa de Ocupação	19,45%	21,38%
	Utilizadores	23 683	28 148
Junho	Receita	12 586,75 €	10 000,65 €
	Taxa de Ocupação	19,87%	12,25%
	Utilizadores	24 431	19 148
1º Sem.	Receita	77 027,60 €	74 488,80 €
	Taxa de Ocupação	19,98%	18,01%
	Utilizadores	147 496	142 992
Mês	Rúbrica	2015	2016
Julho	Receita	15 868,25 €	14 200,15 €
	Taxa de Ocupação	22,26%	20,19%
	Utilizadores	28 887	26 616
Agosto	Receita	17 587,90 €	19 579,35 €
	Taxa de Ocupação	28,25%	26,40%
	Utilizadores	30 065	33 229
Setembro	Receita	13 648,70 €	14 856,10 €
	Taxa de Ocupação	20,15%	21,95%
	Utilizadores	25 383	28 478
Outubro	Receita	12 815,70 €	10 097,75 €
	Taxa de Ocupação	18,54%	13,72%
	Utilizadores	25 134	19 298
Novembro	Receita	10 513,96 €	12 915,45 €
	Taxa de Ocupação	18,17%	17,86%
	Utilizadores	20 592	24 568
Dezembro	Receita	13 045,75 €	13 634,70 €
	Taxa de Ocupação	20,34%	17,28%
	Utilizadores	24 871	26 043
2º Sem.	Receita	83 480,26 €	85 283,50 €
	Taxa de Ocupação	21,29%	19,57%
	Utilizadores	154 932	158 232
Total	Receita	160 507,86 €	159 772,30 €
	Taxa de Ocupação	20,63%	18,79%
	Utilizadores	302428	301 224

O gráfico seguinte mostra a evolução da receita mensal, comparando o exercício de 2016 face a 2015.



Pagamento Voluntário

De acordo com o artigo 26º do Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada é possível proceder ao pagamento voluntário da coima, no prazo de 4 dias úteis, por metade do valor mínimo da coima, este valor corresponde à regularização devida pelo não pagamento da taxa.

No que se refere aos processos cobrados diretamente pela PMUGEST, E.M. a empresa recebeu 282 autos no valor total de 8.460,00€. Deste montante a empresa distribui uma parte pela ANSR e pelo Estado, de acordo com as percentagens estabelecidas legalmente, 10% e 35% respetivamente, cifrando-se a receita líquida para a empresa 4.653,00€.

Esta parcela de ganhos teve uma pequena diminuição face a igual período homologado. O quadro seguinte sintetiza as receitas, líquidas de impostos, inerentes ao estacionamento de duração limitada à superfície, por tipo de serviço prestado.

Rendimentos	2015	2016	Variação
Parquímetros	130 852,03 €	129 896,18 €	-0,73%
Avenças	11 404,31 €	13 460,00 €	18,03%
Cartão de Residente	1 646,85 €	1 793,17 €	8,88%
Pagamento Voluntário	23 972,66 €	20 300,38 €	-15,32%
% ANSR	624,00 €	846,00 €	35,58%
% Receita de Autos	3 696,00 €	4 653,00 €	25,89%
Outros	154,67 €		-100,00%
Total	172 350,52 €	170 948,73 €	-0,81%

129.896,18€
11.404,31€
1.646,85€
20.300,38€ + 5.139,10€
162.259,15€

1.4.3.2- Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal

O Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Marquês de Pombal, dispõe de 62 lugares de estacionamento que podem ser utilizados pelos titulares das avenças ou pelo público em geral que tem de retirar o título de estacionamento, todos aqueles que permanecerem no parque por um período inferior a 30 minutos usufruem do estacionamento gratuito.

No quadro seguinte está representado o valor total de receita obtida no Parque de Estacionamento

Subterrâneo repartida pelo serviço de avenças e pelo valor de títulos pagos.

Relativamente às receitas arrecadas pelo pagamento dos títulos de estacionamento verifica-se que nos meses de julho e agosto, estes apresentaram melhores resultados, justificado pelo facto, durante este período a cidade de Pombal aumenta o seu número de visitantes.

Meses	Avenças		Estacionamento	Receita	
	Quant.	Valor		Total	S/ IVA
Janeiro	24	850,00 €	179,85 €	1 029,85 €	837,28 €
Fevereiro	21	745,00 €	136,30 €	881,30 €	716,50 €
Março	22	780,00 €	166,85 €	946,85 €	769,80 €
Abril	21	745,00 €	254,25 €	999,25 €	812,40 €
Maio	22	780,00 €	194,95 €	974,95 €	792,64 €
Junho	24	850,00 €	180,60 €	1 030,60 €	837,89 €
Julho	21	745,00 €	313,10 €	1 058,10 €	860,24 €
Agosto	23	815,00 €	368,25 €	1 183,25 €	961,99 €
Setembro	22	780,00 €	217,85 €	997,85 €	811,26 €
Outubro	21	745,00 €	154,50 €	899,50 €	731,30 €
Novembro	21	745,00 €	189,75 €	934,75 €	759,96 €
Dezembro	20	710,00 €	174,00 €	884,00 €	718,70 €
Total	262	9 290,00 €	2 530,25 €	11 820,25 €	9 609,96 €

No quadro seguinte evidenciam-se os valores comparativos entre 2015 e 2016 dos montantes recebidos de avenças e títulos de estacionamento, verificando-se um decréscimo global de 0,87%.

	2015	2016	Variação
Avenças	275	262	-4,73%
Receita de Avenças	9 745,00 €	9 290,00 €	-4,67%
Estacionamento	2 178,70 €	2 530,25 €	16,14%
Receita Total	11 923,70 €	11 820,25 €	-0,87%

Análise Económica:

O quadro seguinte evidencia a relação entre os gastos e os rendimentos do estacionamento, tendo ainda a incorporação de 14% dos gastos e dos ganhos gerais da empresa.

Nesta atividade ocorreu uma descida ao nível do resultado no valor de 7.661,56€ face a 2015, em parte explicado pelo incremento verificado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

Estacionamento	2015	2016	Diferença
61 - Custo das Mercadorias Vendidas	- €	- €	- €
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	- 15 972,34 €	- 21 014,27 €	- 5 041,93 €
63 - Gastos com o Pessoal	- 71 607,78 €	- 71 580,38 €	27,40 €
64 - Gastos/reversões de Amortização	- 1 144,22 €	- 2 026,67 €	- 882,45 €
65 - Perdas por Imparidade	- €	- €	- €
68 - Outros Gastos e Perdas	- 199,41 €	- 94,01 €	105,40 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- 1 848,97 €	- 1 943,01 €	- 94,04 €
71 - Vendas	- €	- €	- €
72 - Prestações de Serviços	177 584,51 €	177 608,21 €	23,70 €
75 - Subsídios à Exploração	1 461,03 €	176,67 €	- 1 284,36 €
76 - Reversões	13,61 €	- €	- 13,61 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	5 848,61 €	6 031,28 €	182,67 €
79 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	1 054,45 €	370,10 €	- 684,35 €
Resultado	95 189,49 €	87 527,93 €	- 7 661,56 €

1.4.4- Eventos – Festas do Bodo 2016

À semelhança do ano anterior, as Festas do Concelho de Pombal, foram organizadas, conjuntamente, entre a Câmara Municipal, a PMUGEST, E.M. e a ADILPOM, existindo ainda uma colaboração estreita por parte de outras Instituições do concelho em determinadas ações específicas.



Esta organização conjunta tem vindo a permitir melhorar o desempenho a todos os níveis, através da boa interligação entre os diferentes interlocutores. Foi celebrado um contrato programa para as Festas do Bodo, nos mesmos moldes do ano anterior, o qual define na generalidade as responsabilidades das partes.

As Festas da Cidade desenvolvem num conjunto de atividades repartidas por áreas diversificadas como o desporto, entretenimento, lazer, cultura, gastronomia, num ambiente diversificado abrangendo ainda as vertentes económica e religiosa.

A PMUGEST, E.M. tem vindo a contribuir de forma dinâmica e responsável para a organização das festas do concelho, pretendemos manter os níveis de qualidade e diversidade e contribuir para o cumprimento rigoroso dos limites orçamentais.

Na contabilidade da PMUGEST, E.M. existe um centro de custos autónomo onde foram registados todos os gastos e ganhos diretamente relacionados com as Festas do Bodo, em 2016 o volume de faturação no âmbito das Festas do Bodo representa cerca de 3,23% do volume de negócios da empresa.

Nos quadros seguintes apresenta-se com algum detalhe a informação das Festas do Bodo com relação direta com a PMUGEST, E.M., não se apresenta um resumo global do evento uma vez que houve receitas e despesas que passaram diretamente pelas outras entidades intervenientes, Município de Pombal e

ADILPOM.

No quadro seguinte evidencia-se os valores das receitas inerentes às Festas do Bodo que se encontraram sob a responsabilidade da PMUGEST, E.M..

A diminuição do lado da receita deve-se ao facto de no segmento Expositores ter sido alterado a política de seleção/ atribuição dos espaços existentes no Pavilhão das atividades Económicas.

Receitas	2015	2016
Publicidade	5 693,40 €	9 513,40 €
Expositores	12 729,61 €	17 066,39 €
Artesanato Internacional	2 960,00 €	3 100,00 €
Bodo Ribeirinho	4 751,00 €	5 768,00 €
Exterior Pav. Act. Económicas		4 616,00 €
Total	26 134,01 €	40 063,79 €

Os gastos das Festas do Bodo suportados pela empresa figuram no quadro seguinte. Os restantes gastos, cujo valor não vem referenciado foi suportado diretamente pelo Município ou pela Adilpom, razão pela qual não fazem parte deste relatório.

De referir, que o protocolo de cooperação entre as três entidades intervenientes estabelece as formas de cooperação entre as entidades, baseadas no aproveitamento das potencialidades humanas, técnicas, entre outras, de cada uma, para a realização das Festas do Bodo. Razão pela qual no quadro abaixo apenas se encontra espelhado os gastos diretos consumidos e suportados pela PMUGEST no âmbito das Festas do Bodo, contudo existe um consumo de aproveitamento humano da equipa PMUGEST que não se encontra refletido nas contas do Bodo.

Despesa / Gastos	2015	2016
Dj's	3 223,21 €	5 091,50 €
Licença - SPA	750,00 €	1 100,00 €
Licença - Pass Music	730,84 €	749,46 €
Casas de Banho	-	
Gestão de Palco	510,00 €	510,00 €
Camarins	858,13 €	- €
Toalhas	65,04 €	- €
Expositores		
Alcatifa	1 286,46 €	2 349,67 €
Tendas	615,00 €	4 440,00 €
Identificação de stands	130,00 €	186,60 €
Publicidade		
Rádios	1 378,48 €	1 086,29 €
Jornais	1 755,00 €	1 750,00 €
Flyers	3 876,50 €	5 302,34 €
Outdoors (lonas e montagem)	1 745,60 €	652,77 €
Outras Impressões	350,45 €	353,00 €
Outros Custos c/ divulgação	1 400,00 €	- €
Rede Multibanco	2 610,00 €	2 610,00 €
Pombal TV	130,00 €	120,00 €
Outros		
Casas de Banho	1 000,00 €	975,00 €
CTT	- €	
Pessoal	400,70 €	446,84 €
Seguro dos Cavalos	0,00 €	
Segurança	0,00 €	
Despesas Bancárias	20,12 €	74,48 €
Outros Custos Operacionais da E	1 800,48 €	2 917,97 €
Total de Despesa	24 636,01 €	30 715,92 €

Ao abrigo do n.º 3 da cláusula 8ª do contrato programa entre o Município de Pombal, a PMUGEST, E.M. e a ADILPOM, a empresa municipal procede à transferência, para o Município o resultado positivo que apurou com os serviços prestados nas Festas do Bodo sendo que, em 2016 o valor da transferência corresponde ao montante de 9 347,87€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Deve-se salientar, que, atendendo ao princípio da especialização do exercício, o valor 9 347,87€ encontra-se registado como gasto no período de 2016, ainda que não tenha documentação vinculativa.

Análise Económica:

O quadro seguinte evidencia a relação entre os gastos e os rendimentos afetos às Festas do Bodo, atividade que não tem qualquer incorporação de gastos e ganhos gerais da empresa, pelos motivos já antes referidos.

Bodo	2015	2016	Diferença
61 - Custo das Mercadorias Vendidas	- €	- €	- €
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	- 24 232,35 €	- 37 692,93 €	- 13 460,58 €
63 - Gastos com o Pessoal	- 400,70 €	- 446,84 €	- 46,14 €
64 - Gastos/reversões de Amortização	- €	- €	- €
65 - Perdas por Imparidade	- €	- €	- €
68 - Outros Gastos e Perdas	- 1 480,84 €	- 1 849,46 €	- 368,62 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- 20,12 €	- 74,56 €	- 54,44 €
71 - Vendas	- €	- €	- €
72 - Prestações de Serviços	26 134,01 €	40 063,78 €	13 929,77 €
75 - Subsídios à Exploração	- €	- €	- €
76 - Reversões			
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	- €	0,01 €	0,01 €
79 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	- €	- €	- €
Resultado	- €	0,00 €	- 0,00 €

1.4.5- Publicidade



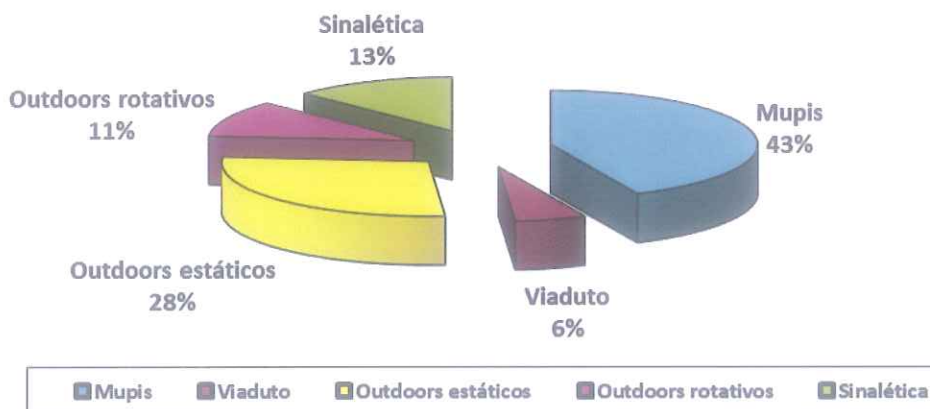
A atividade publicitária da PMUGEST, E.M. assenta essencialmente na exploração comercial dos suportes publicitários detidos pela empresa, designadamente, os MUPI's, Outdoor's e a Sinalética Direcional.

O ano de 2016, revelou-se positivo para a área da publicidade, contudo ocorreu uma descida ao nível das vendas dos espaços nas várias vertentes, levando a uma redução dos ganhos na ordem dos 7,36%, face ao exercício anterior. O volume de faturação desta atividade cifrou-se em 107.373,02€.

O quadro seguinte apresenta os valores faturados por cada uma das vertentes publicitárias:

Receita	2015	2016	Variação
Mupis	43 093,32 €	46 321,56 €	7,49%
Viaduto	6 048,00 €	5 968,87 €	-1,31%
Outdoors estáticos	38 478,39 €	29 852,85 €	-22,42%
Outdoors rotativos	14 010,00 €	11 604,87 €	-17,17%
Sinalética	14 275,00 €	13 624,87 €	-4,55%
Total	115 904,71 €	107 373,02 €	-7,36%

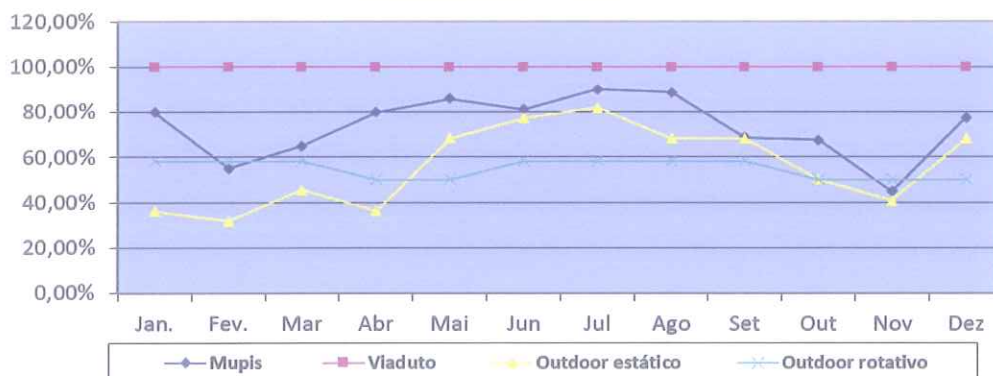
Faturação por Segmento de Mercado



Taxa de Ocupação:

Ao nível da sinalética direcional não é feito o registo de ocupação, pois vai sendo colocada a pedido.

Taxa de Ocupação Mensal



Análise Económica:

O quadro seguinte evidencia a relação entre os gastos e os rendimentos da publicidade, tendo ainda a incorporação de 9,2% dos gastos e dos ganhos gerais da empresa.

Publicidade	2015	2016	Diferença
61 - Custo das Mercadorias Vendidas	- 6 899,66 €	- 3 113,50 €	3 786,16 €
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	- 8 430,87 €	- 9 412,75 €	- 981,88 €
63 - Gastos com o Pessoal	- 52 154,23 €	- 45 169,14 €	6 985,09 €
64 - Gastos/reversões de Amortização	- 8 226,13 €	- 9 143,64 €	- 917,51 €
65 - Perdas por Imparidade	- 1 411,50 €	- 1 051,37 €	360,13 €
68 - Outros Gastos e Perdas	- 676,26 €	- 46,16 €	630,10 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- 112,14 €	- 104,92 €	7,22 €
71 - Vendas	16 653,48 €	6 494,50 €	- 10 158,98 €
72 - Prestações de Serviços	99 322,78 €	100 878,52 €	1 555,74 €
75 - Subsídios à Exploração	821,83 €	115,38 €	- 706,45 €
76 - Reversões	345,42 €	862,08 €	516,66 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	116,92 €	6,65 €	- 110,27 €
79 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	506,12 €	189,69 €	- 316,43 €
Resultado	39 855,76 €	40 505,34 €	649,58 €

1.4.6- Cafeteria do Castelo

A Cafeteria do Castelo é um espaço singular localizado num sítio privilegiado junto ao Castelo de Pombal, oferecendo uma vista única sobre a cidade e permitindo o contacto com a natureza num ambiente recatado que convida a relaxar.

Contempla um pequeno espaço com sala de público e esplanada no rés do chão e uma sala de observação e leitura no 1.º andar, onde é possível desfrutar de bons momentos de descontração.



Assume-se que a Cafeteria do Castelo é uma estrutura de apoio ao Castelo, no entanto, não se tem conseguido que os visitantes do castelo façam “a ponte” e visitem também a Cafeteria de forma a usufruírem dos seus serviços, de forma a permitirem melhores resultados para o espaço e para a empresa.

Dadas as características do espaço, este é um local mais procurado na época primavera/verão, mas pretende-se fidelizar os clientes mantendo um horário, o mais alargado possível, adaptado às características da sazonalidade.

Mantemos a aposta num conjunto de produtos/marcas que não se encontram noutros espaços da cidade, no intuito de termos uma oferta diferente que de alguma forma marque a diferença. Destacamos o café Nespresso, os gelados Haagen Daz, os Scones com doce, o Petit gateaux com gelado e tostas e sandes com pão prensado, estes são alguns dos produtos que fazem a diferença e que reúnem já um leque de clientes

fiéis.

Atividades:

Na Cafeteria do Castelo, em 2016 manteve-se o “Clube de Leitura” - em colaboração com a Biblioteca Municipal que nos cedeu os livros.

Análise Económica:

O quadro seguinte evidencia a relação entre os gastos e os rendimentos desta atividade que inclui 1,5% dos gastos fixos da empresa e dos ganhos gerais.

Castelo	2015	2016	Diferença
61 - Custo das Mercadorias Vendidas	- 9 579,82 €	- 7 186,80 €	2 393,02 €
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	- 17 812,77 €	- 19 447,21 €	- 1 634,44 €
63 - Gastos com o Pessoal	- 2 405,76 €	- 2 946,09 €	- 540,33 €
64 - Gastos/reversões de Amortização	- 277,05 €	- 332,14 €	- 55,09 €
65 - Perdas por Imparidade	- €	- €	- €
68 - Outros Gastos e Perdas	- 1 313,97 €	- 1 804,30 €	- 490,33 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	- 155,53 €	- 152,42 €	3,11 €
71 - Vendas	- €	- €	- €
72 - Prestações de Serviços	18 580,36 €	13 418,28 €	- 5 162,08 €
75 - Subsídios à Exploração	91,31 €	18,48 €	- 72,83 €
76 - Reversões	0,85 €	- €	- 0,85 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos	4,66 €	0,90 €	- 3,76 €
79 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	59,24 €	35,54 €	- 23,70 €
Resultado	- 12 808,47 €	- 18 395,76 €	- 5 587,28 €

A atividade desenvolvida entre os meses de junho e setembro não teve o resultado esperado não permitindo mitigar os resultados económicos negativos do espaço. Existiu um agravamento ao nível do resultado explicado essencialmente pela perda de receita face a igual período homólogo.

1.5- Análise Económica e Financeira Global

1.5.1- Investimento

Durante o exercício de 2016, a PMUGEST, E.M. realizou diversos investimentos que totalizaram 60.040,89€, que foram adquiridos, utilizando capitais próprios.

No quadro seguinte é evidenciado o investimento efetuado ao longo do ano em cada uma das atividades, mostrando ainda a evolução no triénio 2014-2016.

Investimento	2014	2015	2016
Limpeza e Manutenção	7 619,57 €	26 546,16 €	55 543,10 €
Café Concerto	7 688,97 €	2 929,57 €	- €
Estacionamento	1 874,42 €	4 302,00 €	126,85 €
Publicidade	477,00 €	9 709,20 €	3 323,30 €
Cafetaria do Castelo	56,58 €	24,95 €	165,00 €
Sede - C. Gerais	2 129,09 €	13 637,08 €	882,64 €
Total	19 845,63 €	57 148,96 €	60 040,89 €

De referir o incremento nos montantes anuais de investimento que se vinha registando ao longo do triénio, incremento esse que se registou com valores mais expressivos em 2016 com um montante anual de 60.040,89€.

1.5.2- Balanço

O balanço patrimonial representa por um lado aquilo que a empresa tem e pode utilizar na sua atividade, por outro o que a empresa deve num dado momento, sendo a diferença o valor disponível para os sócios depois de cumprir todas as responsabilidades financeiras e sociais.

Este instrumento reflete as decisões da gestão no que concerne às aplicações a efetuar e à forma de se financiar, ou seja, espelha as aplicações efetuadas recorrendo a auto financiamento, financiamento externo ou entrada de novo capital por parte dos sócios, expressando ainda a situação patrimonial da empresa num momento específico (fim do exercício).

O Balanço do exercício, demonstra o equilíbrio patrimonial e financeiro da PMUGEST, E.M.. O total do ativo da empresa atinge os 1.086.385,98€, verificando-se um acréscimo de 4,81% face a 2015.

O total do passivo ascende ao montante de 268.698,68€, registando-se um incremento na ordem dos 9,28% face a igual período homólogo.

Resumo da Situação Patrimonial:

2016

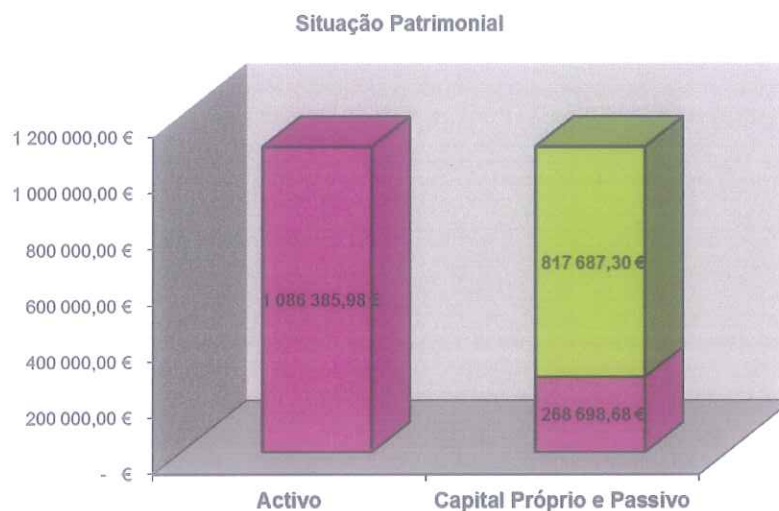
ACTIVO	CAPITAL PRÓPRIO
1 086 385,98 €	817 687,30 €
	PASSIVO
	268 698,68 €

O Balanço continua a demonstrar uma estrutura financeira sólida, como é possível comprovar através do rácio de autonomia financeira.

Em 2016 a PMUGEST, E.M. baixou ligeiramente a sua autonomia financeira, o rácio teve uma variação negativa de 1,32%. Contudo apesar desta pequena oscilação a empresa continua a apresentar uma estrutura financeira bastante reforçada e autónoma.

Rácio de Autonomia Financeira

2015	2016	Variação
76,30%	75,30%	-1,32%



1.5.3- Demonstração de resultados

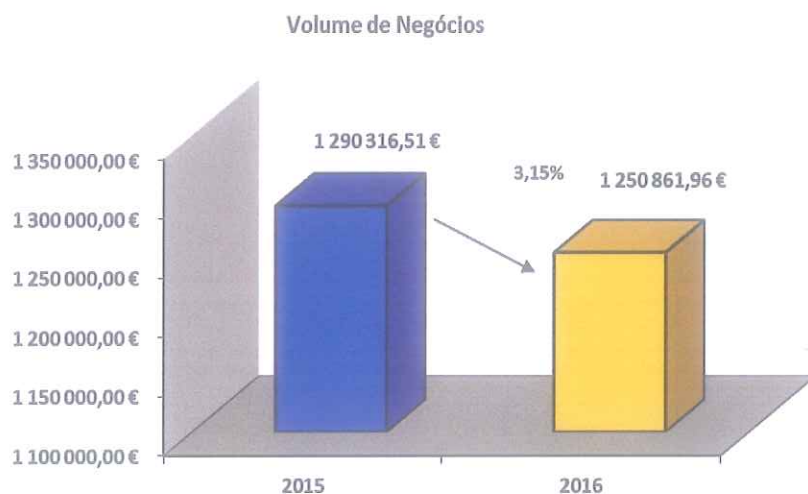
A Demonstração de Resultados é uma ferramenta das Demonstrações Financeiras que evidencia o resultado líquido do período de um determinado exercício confrontando os gastos e os rendimentos incorridos ao longo desse mesmo período de tempo. A diferença entre os rendimentos e os gastos constitui o lucro ou prejuízo da empresa durante esse período.

O primeiro objetivo da Administração da empresa continuou a ser a sustentabilidade contínua, objetivo este que foi atingido com o resultado positivo alcançado.

	2013	2014	2015	2016
Volume de Negócios	1 244 900,60 €	1 217 788,86 €	1 290 316,51 €	1 250 861,96 €
EBITA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	66 569,47 €	131 408,15 €	114 324,95 €	76 321,50 €
EBIT (Resultado operacional)	6 879,97 €	89 063,34 €	80 524,47 €	33 776,23 €
EBT (Resultado antes de impostos)	8 339,16 €	92 495,03 €	86 341,91 €	35 970,37 €
Resultado líquido do período	5 315,77 €	69 566,35 €	67 016,14 €	27 062,02 €

O resultado de 27.062,02€ obtido em 2016 ficou condicionado por diversos fatores, nomeadamente:

- Nos termos do artigo 110.º da Lei n.º 7-A/2016, é aplicável à entidade o regime de capitação, nesse sentido procedeu-se ao reconhecimento do custo no valor de 16.889,76€ imputável ao período de janeiro a dezembro de 2016.
- Eliminação gradual da redução remuneratória na Administração Pública nos termos da Lei n.º 159/2015.



Ganhos por Atividade:

Atividades	Rendimentos 2015	Rendimentos 2016	Variação
Café Concerto	55 107,99 €	60 156,66 €	9,16%
Cafeteria do Castelo	18 575,41 €	13 423,43 €	-27,74%
Estacionamento	183 385,98 €	183 710,52 €	0,18%
Feiras e Eventos (Bodo)	26 134,01 €	40 063,79 €	53,30%
Manutenção Urbana	905 585,24 €	877 246,30 €	-3,13%
Outros Serviços (Gerais)	16 101,46 €	3 386,75 €	-78,97%
Publicidade	116 317,42 €	108 236,11 €	-6,95%
Total de Rendimentos	1 321 207,51 €	1 286 223,56 €	-2,65%
Total de Rendimentos s/ Bodo	1 295 073,50 €	1 246 159,77 €	-3,78%

Com a informação do quadro acima é possível verificar que ocorreu uma redução global dos rendimentos de 2,65% face a 2015, ao retirarmos os ganhos obtidos diretamente com o Bodo, uma vez que, têm um impacto nulo no resultado da empresa, apuramos uma diminuição no total de rendimentos da PMUGEST, E.M. de 3,78%.

De notar que, o Bodo é a atividade que apresenta um maior incremento face a igual período homologo.

Não obstante a redução de 48.913,73€ no total de rendimentos sem o Bodo e de 39.454,55€ no volume de negócios da Empresa, expurgando o impacto (face a 2015) da cessação da prestação de serviços de Sapadores Florestais no montante de 63.721,77€, podemos concluir que, globalmente, houve um acréscimo, ainda que ligeiro, do volume de negócios e dos rendimentos da Empresa.

Resultados por Atividade:

Atividades	2015 S/ Imputação	2015 Imputação	2016 S/ Imputação	2016 Imputação
Café Concerto	- 32 664,85 €	- 39 229,99 €	- 35 015,65 €	42 642,10 €
Cafetaria do Castelo	-11 167,20 €	-12 808,48 €	-15 824,20 €	-18 395,76 €
Estacionamento	121 450,05 €	95 189,49 €	112 137,99 €	87 527,93 €
Feiras e Eventos (Bodo)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Manutenção Urbana	118 225,06 €	3 335,13 €	93 080,41 €	-31 025,58 €
Geral	-164 128,47 €	0,00 €	-174 964,86 €	0,00 €
Publicidade	54 627,32 €	39 855,76 €	56 556,68 €	40 505,34 €
Resultado Antes Impostos	86 341,91 €	86 341,91 €	35 970,37 €	35 970,37 €

1.6- Factos Relevantes Ocorridos Após Termo do Exercício

Após o termo do exercício e até à presente data os factos que mereciam o seu registo, foram contabilizados e influenciaram os resultados, na medida em que foi feita a especialização do exercício.

1.7- Proposta de Aplicação de Resultados

Determina a alínea d) do art.º 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que a administração apresente os documentos de prestação anual de contas, a mesma deve integrar a proposta de aplicação de resultados.

Considerando que o valor do resultado líquido apurado pela empresa, em 2016, foi positivo no valor de 27.062,02€, o Conselho de Administração propõe a aplicação deste montante da seguinte forma:

- 2.706,20€ em Reservas Legais
- 24.355,82€ em Resultados Transitados.

1.8- Perspetivas Futuras

O desempenho geral da atividade exercida pela PMUGEST, ao longo do ano de 2016, não pode deixar de ser considerada como muito positiva.

Do ponto de vista social e do impacto da atividade da empresa no território, continuou-se a privilegiar a inserção no quadro de colaboradores da empresa, de pessoas desempregadas de longa duração e a promoção de atividades que, quer na área da promoção e divulgação cultural, quer na defesa da floresta, fossem importantes para o Concelho.

Para 2017 pretende-se continuar a implementar a estratégia definida de diversificação das atividades da empresa, bem como dos seus clientes, aumentando o *mix* de vendas e cruzando, sempre que possível, a venda de serviços juntos de clientes de áreas específicas, procurando continuamente eficiências operacionais e ganhos de produtividade, bem como tornar a empresa mais autónoma e, portanto, menos dependente do seu acionista e principal cliente: o Município de Pombal.

Pretende-se, ainda, continuar a desenvolver oportunidades de carreira e de emprego para setores da população mais desprotegidos e incrementar o investimento em formação e na melhoria das capacidades dos colaboradores que, indubitavelmente, são um fator decisivo para a boa implementação da estratégia da empresa, em conjunto com o compromisso contínuo de assegurar um ambiente de trabalho mais seguro e motivador para todos eles.

Do ponto de vista económico, atendendo ao agravamento dos custos suportados pela Empresa registados no último exercício, bem como, a perspetiva de continuação de agravamento, torna-se imperativo a revisão urgente da tabela de preços dos serviços praticados pela empresa.



Nota Final

Através do presente relatório pretende-se evidenciar de forma clara e transparente os resultados de cada uma das atividades, por outro lado pretende-se cumprir com os normativos legais e melhorar o suporte das decisões de gestão.

O Conselho de Administração agradece às Pessoas, às Instituições, Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência e com a confiança depositada, que constituiu um importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por todos os que trabalham connosco.

Ao acionista estatutário da empresa: o Município de Pombal, que confiou na Administração da empresa, no seu trabalho e nos seus objetivos, procurando, de certa maneira, expandir a sua ação através da ação da empresa, agradecemos a confiança depositada.

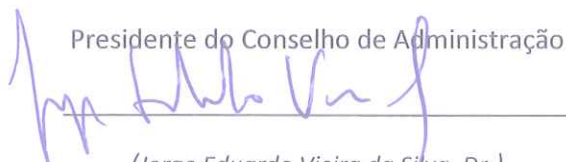
Um agradecimento, igualmente, aos demais Órgãos Sociais da Empresa, nomeadamente aos membros da Assembleia Geral e ao Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único da Empresa, bem como à equipa de trabalho.

A todos os Trabalhadores que contribuíram para o desempenho da Empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração da PMUGEST, E.M. expressa o seu sincero agradecimento.

Pombal, 22 de fevereiro de 2017.

A Administração:

Presidente do Conselho de Administração


(Jorge Eduardo Vieira da Silva, Dr.)

Administradora


(Elisabete Gameiro João Madama, Dr.ª)

Administrador Executivo


(Manuel Gomes Jordão Carreira, Eng.º)

2 – Demonstrações Financeiras



2.1- Balanço

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016

(Unidade Monetária em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	123.349,95 ✓	105.169,56 ✓
Goodwill		13.500,00 ✓	15.000,00 ✓
Ativos intangíveis	6	588,45 ✓	- ✓
Outros investimentos financeiros	7	2.152,77 ✓	954,09 ✓
		139.591,17 ✓	121.123,65 ✓
Ativo Corrente			
Inventários	8	6.810,17 ✓	6.992,98 ✓
Clientes	9	120.974,94 ✓	209.006,73 ✓
Estado e outros entes públicos	11	16.586,91 ✓	21.729,78 ✓
Outros Créditos a receber	12	167.166,66 ✓	220.222,74 ✓
Diferimentos	13	11.861,72 ✓	14.027,44 ✓
Caixa e depósitos bancários	14	623.394,41 ✓	443.412,28 ✓
		946.794,81 ✓	915.391,95 ✓
Total do Ativo		1.086.385,98 ✓	1.036.515,60 ✓
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	325.000,00 ✓	325.000,00 ✓
Reservas legais	16	37.058,44 ✓	30.356,83 ✓
Resultados transitados	17	430.325,08 ✓	370.010,55 ✓
Outras variações no capital próprio	18	(1.758,24) ✓	(1.758,24) ✓
Resultado líquido do período		27.062,02 ✓	67.016,14 ✓
Total do Capital Próprio		817.687,30 ✓	790.625,28 ✓
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	21	65.607,89 ✓	56.359,58 ✓
Estado e outros entes públicos	11	63.646,35 ✓	67.673,91 ✓
Outras dívidas a pagar	20	139.444,44 ✓	121.856,83 ✓
		268.698,68 ✓	245.890,32 ✓
Total do Passivo		268.698,68 ✓	245.890,32
Total do capital próprio e do passivo		1.086.395,98 ✓	1.036.515,60 ✓

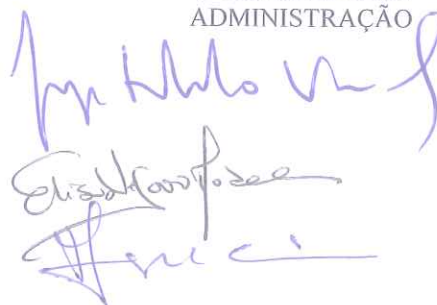
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Pombal, 22 de fevereiro de 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA



O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



2.2- Demonstração de Resultados

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Unidade Monetária em euros)				
	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15	
Vendas e serviços prestados	22	1.250.861,96 ✓	1.290.316,51 ✓	+
Subsídios à exploração	23	17.744,92 ✓	18.042,51 ✓	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			-	+/-
Variação nos inventários da produção			-	+/-
Trabalhos para a própria entidade			-	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24	(38.843,87) ✓	(40.356,95) ✓	-
Fornecimentos e serviços externos	25	(334.133,04) ✓	(305.986,70) ✓	-
Gastos com o pessoal	26	(807.773,32) ✓	(835.357,20) ✓	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			-	-/+
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(5.246,27) ✓	(4.670,99) ✓	-/+
Provisões (aumentos/reduções)			-	-/+
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			-	-/+
Aumentos/reduções de justo valor			-	+/-
Outros rendimentos	27	8.555,50 ✓	6.315,42 ✓	+
Outros gastos	28	(14.844,38) ✓	(13.977,65) ✓	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		76.321,50 ✓	114.324,95 ✓	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	(42.545,27) ✓	(33.800,48) ✓	-/+
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-/+
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.776,23 ✓	80.524,47 ✓	=
Juros e rendimentos similares obtidos	30	2.194,14 ✓	5.817,44 ✓	+
Juros e gastos similares suportados	30		0,00	-
Resultado antes de impostos		35.970,37 ✓	86.341,91 ✓	=
Imposto sobre o rendimento do período		(8.908,35) ✓	(19.325,77) ✓	-
Resultado líquido do período		27.062,02 ✓	67.016,14 ✓	=

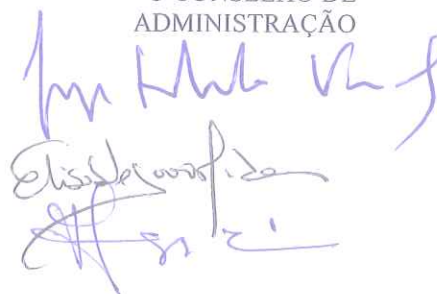
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Pombal, 22 de fevereiro de 2017.

A CONTABILISTA CERTIFICADA



O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



2.3- Demonstração de Fluxos de Caixa

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M. Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Notas	(Unidade Monetária em euros)	
		31.Dez.16	31.Dez.15
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		1.634.448,18 ✓	1.447.734,79 ✓
Pagamentos a fornecedores		(368.525,25) ✓	(407.557,14) ✓
Pagamentos ao pessoal		(604.685,36) ✓	(657.393,60) ✓
Caixa gerada pelas operações		661.237,57 ✓	382.784,05 ✓
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(13.651,00) ✓	(39.630,20) ✓
Outros recebimentos/pagamentos		(413.991,07) ✓	(298.450,74) ✓
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		233.595,50 ✓	44.703,11 ✓
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(54.071,37) ✓	(49.968,60) ✓
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(1.407,20) ✓	(327,15) ✓
Outros ativos			-
		(55.478,57)	(50.295,75)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		267,08 ✓	206,56 ✓
Outros ativos			919,00 ✓
Subsídios ao investimento			-
Juros e rendimentos similares		1.598,12 ✓	5.272,22 ✓
Dividendos		-	-
		1.865,20	6.397,78
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(53.613,37) ✓	(43.897,97) ✓
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		179.982,13 ✓	805,14 ✓
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	443.412,28 ✓	442.607,14 ✓
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	623.394,41 ✓ #	443.412,28 ✓

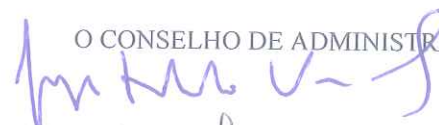
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Pombal, 22 de fevereiro de 2017.

A CONTABILISTA CERTIFICADA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2.4- Demonstração das Alterações do Capital Próprio

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Unidade monetária em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital

			Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2015	1	Notas	325.000,00	23.400,20	-	307.400,83	(1.758,24)	69.566,35	723.609,14
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18		-	6.956,63	-	62.609,72	-	(69.566,3)	-
	2		-	6.956,63	-	62.609,72	-	(69.566,35)	-
Resultado Líquido do Período	3							67.016,14	67.016,14
Resultado Integral	4 = 2 + 3							2.550,21	2.550,21
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5		-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2015	6 = 1 + 2 + 3 + 5		325.000,00	30.356,83	-	370.010,55	(1.758,24)	67.016,14	790.625,28

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Pombal, 24 de fevereiro de 2016

A CONTABILISTA
CERTIFICADA

João Rodrigues

O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

João Rodrigues
Elisabete Pereira
Helena Sousa

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.
Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

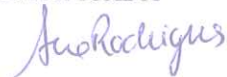
(Unidade Monetária em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio	
Posição no Início do Período 2016	1	Notas	325.000,00	30.356,83	-	370.010,55	(1.758,24)	67.016,14	790.625,28
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização			-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18		-	6.701,61	-	60.314,53	-	(67.016,14)	-
	2		-	6.701,61	-	60.314,53	-	(67.016,14)	-
Resultado Líquido do Período	3						27.062,02	27.062,02	
Resultado Integral	4 = 2 + 3						(39.954,12)	27.062,02	
Operações com detentores de capital próprio									
Subscrições de capital			-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5		-	-	-	-	-	-	-
				-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5		325.000,00	37.058,44	-	430.325,08	(1.758,24)	27.062,02	817.687,30

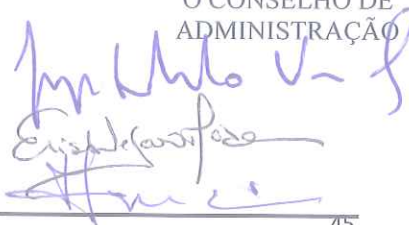
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Pombal, 22 de fevereiro de 2017

A CONTABILISTA
CERTIFICADA



O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



2.5- Anexo às Demonstrações Financeiras

PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato

A **PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.** foi constituída em oito de janeiro de 2001, tem a sua sede no Edifício Manuel Henriques – Rua do Lourçal, N 21 r/ch em Pombal.

A Empresa tem como principais as seguintes atividades: Limpeza e Manutenção Urbana, Gestão do estacionamento, Publicidade, Exploração do Café Concerto e da Cafeteria do Castelo bem como a Organização de eventos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2016 as demonstrações financeiras da **PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.** foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo caso tal se justifique e a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3.Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da **PMUGEST - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.** são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os bens foram depreciados utilizando-se as taxas máximas do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem salvo se o valor for de elevado montante e representar um aumento de vida útil assim como um aumento do valor do bem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

Não foram efetuados testes de imparidade uma vez que não existiram indicadores de imparidade.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Programa de computadores 3-5 anos

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

Não foram efetuados testes de imparidade uma vez que não existiram indicadores de imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Inventários

Os inventários são ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial ou ativos na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo produtivo ou na prestação de serviços, conforme refere a NCRF 18-Inventários.

A mesma norma refere que as mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Subsequentemente, os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

A Empresa adota o Sistema de Inventário Periódico ou Intermitente, no qual no final de cada período (no final de cada mês), é efetuada uma inventariação física dos inventários em armazém para a determinação do saldo dos inventários finais.

Em relação à fórmula de custeio a Empresa adota a fórmula FIFO na qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados em primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e consequentemente os itens que permanecerem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

3.6. Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos.

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

3.9. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.12 Reconhecimento do rédito

De acordo com a NCRF 20, o rédito é reconhecido nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados.

É mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	1.125,00	1.125,00
Depósitos à ordem	372.269,41	192.287,28
Depósitos a prazo (i)	250.000,00	250.000,00
(...)		
Outras		
	623.394,41	443.412,28

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Uma alteração na estimativa contabilística é um ajustamento na quantia escriturada de um ativo ou de um passivo, ou a quantia do consumo periódico de um ativo, que resulta da avaliação do presente estado dos ativos e passivos, e obrigações e benefícios futuros esperados associados aos mesmos. As alterações nas estimativas contabilísticas resultam de nova informação ou novos desenvolvimentos e, em conformidade, não são correções de erros.

O uso de estimativas razoáveis é uma parte essencial da preparação de demonstrações financeiras e não diminui a sua fiabilidade.

Erros de períodos anteriores são omissões, e distorções, nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto de informação fiável que:

- Estava disponível quando as demonstrações financeiras da entidade desses períodos foram autorizadas para emissão;
- Poderia razoavelmente esperar-se que tivesse sido obtida e tomada em consideração na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras

De acordo com a NCRF 4 -Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, podem existir alterações positivas e negativas nos resultados transitados em virtude de:

- Alteração numa política contabilística;
- Erros materiais que sejam descobertos num período posterior.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

		31 de dezembro de 2016				
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Edifícios e outras construções	10.743,23					10.743,23
Equipamento básico	631.090,26	46.399,37	(2.905,10)			674.584,53
Equipamento de transporte	815.038,91	11.632,04				826.670,95
Equipamento biológico	-					
Equipamento administrativo	32.034,40	291,85				32.326,25
Outros ativos fixos tangíveis	104.311,57	835,00				105.146,57
Investimentos em curso						
	1.593.218,37	59.158,26	(2.905,10)			1.649.471,53
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	5.604,91	1008,44				6.613,35
Equipamento básico	554.214,25	25.979,30	(2.678,30)	(29,25)		577.486,00
Equipamento de transporte	813.950,62	3.996,32				817.946,94
Equipamento biológico	-					
Equipamento administrativo	15.892,09	5.966,27		29,25		21.887,61
Outros ativos fixos tangíveis	98.386,93	3.800,75				102.187,68
	1.488.048,80	40.751,08	(2.678,30)	0,00		1.526.121,58

31 de dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Edifícios e outras construções	6.441,23	4.302,00				10.743,23
Equipamento básico	592.009,66	39.080,60				631.090,26
Equipamento de transporte	815.038,91					815.038,91
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	18.397,32	13.637,08				32.034,40
Outros ativos fixos tangíveis	104.182,30	129,27				104.311,57
Investimentos em curso	-					
	<u>1.536.069,42</u>	<u>57.148,95</u>				<u>1.593.218,37</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	4.599,07	1.005,84				5.604,91
Equipamento básico	528.073,21	26.141,04				554.214,25
Equipamento de transporte	812.862,32	5.211,00		4.122,70		813.950,62
Equipamento biológico	-	-				-
Equipamento administrativo	14.391,43	1.500,66				15.892,09
Outros ativos fixos tangíveis	94.322,29	4.064,64				98.386,93
	<u>1.454.248,32</u>	<u>37.923,18</u>		<u>4.122,70</u>		<u>1.488.048,80</u>

7. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo						
Projetos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	2.584,60	882,64	-	-	-	3.467,24
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Goodwill	15.000,00					15.000,00
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>17.584,60</u>	<u>882,64</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.467,24</u>

Depreciações Acumuladas

Projetos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	1.500,00				1.500,00
Software	2.584,60	294,19	-	-	-	2.878,79
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>2.584,60</u>	<u>1.794,19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.378,79</u>

31 de dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-15
Custo						
Projetos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	2.584,60	-	-	-	-	2.584,60
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Goodwill	15.000,00					15.000,00
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>17.584,60</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.584,60</u>

Depreciações Acumuladas

Projetos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	2.584,60	-	-	-	-	2.584,60
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>2.584,60</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.584,60</u>

8. Outros ativos financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
(...)	-	-	-	-
(...)	-	-	-	-
Outras	2.152,77	-	954,09	-
	2.152,77	-	954,09	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	2.152,77	-	954,09	-

9. Inventários

A mensuração de inventários, que têm como característica geral serem adquiridos ao exterior da empresa (fornecedores), é feita ao custo, normalmente apurado na conta 312 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

A mensuração é feita ao custo, que é composto por: preço de compra, deduzido de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes; direitos de importação e outros impostos (não dedutíveis); custos de transporte e manuseamento, outros custos diretamente atribuíveis à aquisição; e outros custos até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Mercadorias		
Matérias primas subsidiárias e de consumo	6.810,17	6.992,98
Produtos acabados		-
Obras em curso		-
	6.810,17	6.992,98
Perdas por imparidades de inventários		-
	6.810,17	6.992,98

10. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	110.984,61	-	206.766,15
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	41.487,65	-	28.491,63
	-	152.472,26	-	235.257,78
Perdas por imparidade acumuladas	-	(31.497,32)	-	(26.251,05)
	-	120.974,94	-	209.006,73

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	81.100,01	29.884,60	101.726,98	105.039,17
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring				
Clientes de cobrança duvidosa	41.487,65		28.491,63	
	122.587,66	29.884,60	130.218,61	105.039,17

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-16	31-Dez-15
Saldo a 1 de janeiro	26.251,05	21.580,06
Aumento	12.113,31	5.386,62
Reversão	(6.867,04)	(715,63)
Regularizações		
	31.497,32	26.251,05

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Nota 11 - Estado e outros entes públicos

	31-Dez-16	31-Dez-15
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	16.586,91	21.729,78
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outros impostos e taxas		
	16.586,91	21.729,78
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	8.908,35	19.325,77
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	36.139,74	27.590,53
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1.967,53	3.639,25
Segurança Social	16.630,73	17.118,36
Outros impostos e taxas		
	63.646,35	67.673,91

12. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outras contas a receber				
- Prestação de serviços	-	159.367,42	-	219.368,00
- Juros a receber		331,71		335,33
- Subsídios		7.044,99		
- Fornecedores		422,34		519,41
- Outros devedores e credores		0,20		
	-	167.166,66	-	220.222,74
Perdas por imparidade acumuladas	-		-	-
	-	167.166,66	-	220.222,74

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	7.757,40	7.569,19
Juros a receber	-	-
Outros gastos a reconhecer	4.104,32	6.458,25
	<u>11.861,72</u>	<u>14.027,44</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	1.125,00 ✓	1.125,00
Depósitos à ordem	372.269,41 ✓	192.287,28
Depósitos a prazo (i)	250.000,00 ✓	250.000,00
(...)	-	-
Outras	-	-
	<u>623.394,41 ✓</u>	<u>443.412,28</u>

15. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social da empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota de 325.000,00 euros.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2016, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Município de Pombal	100%	325.000,00

16. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

17. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido do período referente a esse exercício no valor de 67.016,14 euros fosse transferido para a rubrica resultados transitados 60.314,53 euros e para Reservas Legais 6.701,61 euros, valor que corresponde a 10% do resultado. (ver Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais)

18. Outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	1.758,24	1.758,24
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	-	-
	<u>1.758,24</u>	<u>1.758,24</u>

19. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Partes relacionadas	31-dez-16		31-dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Ativo				
Cientes				
Empresa-mãe				
Município de Pombal		29.884,60		105.039,17
Cientes - Títulos a receber				
Município de Pombal- Cauções				0,00
Outras partes relacionadas				
	<u>0,00</u>	<u>29.884,60</u>	<u>0,00</u>	<u>105.039,17</u>
Passivo				
Fornecedores				
Empresa-mãe				
Município de Pombal		77,33		1.479,72
Outras contas a pagar				
Outras partes relacionadas				
	<u>0,00</u>	<u>77,33</u>	<u>0,00</u>	<u>1.479,72</u>

20. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por Acréscimo de Gasto	-	138.859,32	-	121.216,28
Pessoal	-	385,82	-	114,05
Outras contas a pagar	-	199,30	-	526,50
	<u>-</u>	<u>139.444,44</u>	<u>-</u>	<u>121.856,83</u>

21. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	65.530,56	77,33	54.879,86	1.479,72
Fornecedores conta títulos a pagar			-	-
Fornecedores receção e conferência			-	-
Fornecedores outros			-	-
	65.530,56	77,33	54.879,86	1.479,72

22. Vendas e prestações de serviços

O rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

A quantia de rédito proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador. É mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	6.839,88	-	6.839,89	16.919,28	-	16.919,28
Prestação de serviços	1.244.022,08	-	1.244.054,08	1.273.397,23	-	1.273.397,23
	1.250.861,96	-	1.250.893,37	1.290.316,51	-	1.290.316,51

23. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2016 e de 2015 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Apoio ao Emprego IEF	17.744,92	18.042,51
(...)	-	-
(...)	-	-
Outros subsídios	-	-
	17.744,92	18.042,51

24. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é detalhado como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	6.992,98	0,00	6.992,98	7.567,16	44,31	7.611,47
Regularizações	(860,80)	-	(860,8)	(1.036,41)		(1036,41)
Compras	36.531,57	2.990,29	39.521,86	33.875,21	6.899,66	40.774,87
Custo de vendas	(35.853,58)	(2.990,29)	(38.843,87)	33.412,98	6.943,97	40.356,95
Saldo final em 31 de dezembro	6.810,17	0,00	6.810,17	6.992,98	0,00	6.992,98

25. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Subcontratos	2.281,00	608,00
Serviços especializados	177.031,94	167.011,09
Materiais	20.845,39	16.306,65
Energia e fluidos	82.545,52	83.605,55
Deslocações, estadas e transportes	1.506,05	1.284,56
Serviços diversos (*)	49.923,14	37.170,85
Comunicação	8.519,93	7.550,76
Seguros	15.458,68	16.286,52
Limpeza Higiene e Conforto	6.945,27	5.809,94
Outros Serviços	1.155,26	7.523,63
	334.133,04	305.986,70

26. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações dos órgãos sociais	43.747,86	41.680,86
Remunerações do pessoal	589.607,08	623.744,19
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	135.058,13	135.815,87
Seguros	12.903,98	16.253,22
Gastos de Ação social	2.714,66	2.423,05
Outros gastos com pessoal	23.741,61	15.440,01
	807.773,32	835.357,20

Em 31 de dezembro de 2015 a PMUGEST, E.M. tinha 64 funcionários.

O número médio de empregados da Empresa no exercício de 2016 foi 65 trabalhadores, no entanto, ao serviço estiveram em média 62 funcionários.

27. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	0,00
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos	8.555,50	6.315,42
	8.555,50	6.315,42

28. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Impostos	7.935,48	9.267,19
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	1.415,54	909,34
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	17,68
Gastos e perdas em inv. não financeiros	138,31	-
Outros gastos	5.355,05	3.783,44
	14.844,38	13.977,65

29. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

No final dos exercícios de 2016 e de 2015, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	40.751,08	-	40.751,08	33.800,48	-	33.800,48
Ativos intangíveis	1.794,19	-	1.794,19	-	-	-
	42.545,27		42.545,27	33.800,48		33.800,48

30. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.067,22	5.607,55
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	126,92	209,89
	2.194,14	5.817,44
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3,73	17,68
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	3.692,36	3.338,44
		-
Resultados financeiros	1.501,95	2.461,32

31. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91 de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da PMUGEST, E.M. perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

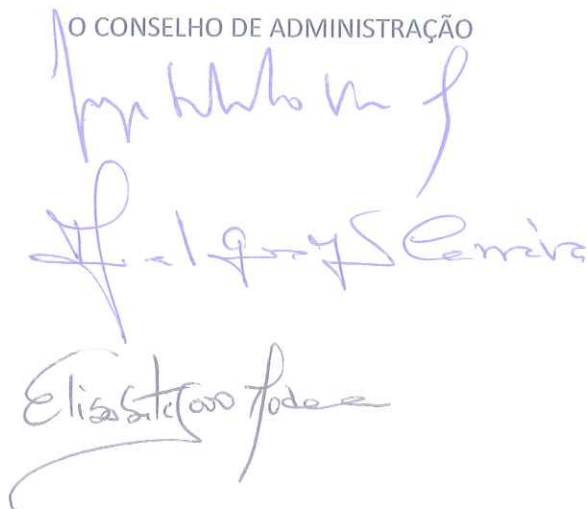
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Processos judiciais em curso

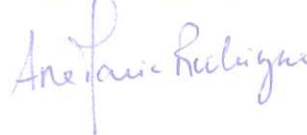
Em relação a processos em contencioso importa referir que a empresa tem a decorrer uma ação em tribunal colocada por um ex-funcionário. Face às perspetivas do desfecho da referida ação, é convicção da Administração e do Advogado que acompanha o processo, que não é exetável qualquer tipo de condenação.

Pombal, 22 de fevereiro de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



A CONTABILISTA CERTIFICADA





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANZO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de PMUGEST – POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.086.396 euros e um total de capital próprio de 817.687 euros, incluindo um resultado líquido de 27.062 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de PMUGEST – POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

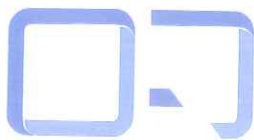
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

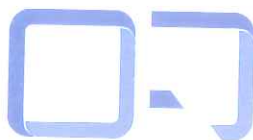
SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Em nossa opinião, o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

Lisboa, 24 de março de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANÇO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor Acionista,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da PMUGEST – POMBAL MANUTENÇÃO URBANA E GESTÃO, E.M., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Entidade, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 24 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº1056